

Extrato De Edital Do Pregão Eletrônico N° 041/2026 (Processo N° 1561/2026– Solicitação N° 1426/2026)			
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal De Campo Verde – MT Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Saúde			CNPJ: 24.950.495/0001-88
Modalidade: Pregão Eletrônico	Modo De Disputa: Aberto	Participação: Ampla Concorrência	Critério De Julgamento: Menor Preço por item
Data da sessão: 08/07/2026	Horário: 09h30min (Horário De Brasília)		Plataforma: https://www.licitanet.com.br/
Exige Amostra? 6.10 (Termo de Referência)	Vistoria? Não	Registro De Preços? Sim	Instrumento Contratual? Facultativo
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE CAMPO VERDE-MT.			
Valor Estimado: R\$ 14.058.234,00 (quatorze milhões, cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais).			
Agente de Contratação: Gislene Jesus Lopes	Ato De Designação: Portaria n° 451/2026	Leis de regência: Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006; lei Municipal nº 3.227/2026, Decreto Federal nº 11.462/2023; Decreto Municipal nº 002/2024; Decreto Municipal nº 097/2024; e demais normas aplicáveis.	
Informações: Departamento de Licitações - Telefone: (66) 3419-1214. Atendimento: 07hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: licitacao1@campoverde.mt.gov.br e compras@campoverde.mt.gov.br			

Campo Verde - MT, 12 de junho de 2026.

GISLENE JESUS LOPES
Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 – EDITAL DE LICITAÇÃO (REGISTRO DE PREÇOS)**

O Município de Campo Verde – MT, por intermédio de seu Pregoeiro(a)(a) designado pela Portaria nº 451/2026, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica e em modo de disputa aberto, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE CAMPO VERDE-MT**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital. A sessão pública ocorrerá no Portal Licitanet (endereço eletrônico: www.licitanet.com.br).

Regência Legal: A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e de forma complementar pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, no que tange ao tratamento favorecido às micro e pequenas empresas, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como pela Lei Municipal nº 3.227/2026 e pelos Decretos Municipais nº 002/2024 e 097/2024, além das demais normas legais aplicáveis. Este Edital contém as cláusulas essenciais para garantir a legalidade, segurança e eficácia do certame, observando-se os dispositivos legais pertinentes.

Anexos do Edital: Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos obrigatórios:

- Anexo I — Termo de Referência;
- Anexo II — Modelo de Atestado;
- Anexo III — Declarações;
- Anexo IV — Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo V — Minuta de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. **Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT, conforme especificações, quantidades, condições de entrega e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. **Modalidade e Regime de Julgamento:** A presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública conduzida por meio da internet, adotando-se o critério de julgamento do **menor preço por item**, em modo de disputa aberto (art. 6º, XL e art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

1.3. **Sistema de Registro de Preços:** O certame resultará na celebração de Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024. A ARP fixará preços, fornecedores e condições para futuras contratações, conforme este Edital e seus anexos. A existência da ata não obriga a Administração a contratar, mas assegura à beneficiária o direito de fornecimento nas condições registradas, mediante solicitações conforme a necessidade, durante o prazo de vigência da ata (item 10 deste Edital).

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico apenas pessoas jurídicas, incluindo sociedades empresárias ou cooperativas, que operem em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam a todas as exigências deste Edital e seus anexos. A participação dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal Licitanet, mediante acesso com login e senha individuais da licitante previamente credenciada junto ao referido portal.

2.2. Para participar, a licitante deverá atender aos seguintes requisitos no sistema eletrônico (art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) **Credenciamento no Sistema:** Estar devidamente credenciada no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br) como usuária do sistema, obtendo chave de identificação e senha pessoal, intransferível, de acesso. A licitante é responsável pelo sigilo e uso adequado dessa chave e senha, bem como pelas transações efetuadas em seu nome no sistema.

b) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

AVULSO	30 dias	90 dias	365 dias
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

c) **Regularidade e Habilitação:** Declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório (conforme art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

d) **Benefício ME/EPP:** Declarar, se for o caso, seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) apta a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (arts. 42 a 49), nos termos do art. 4º, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A licitante ME/EPP deverá atender aos requisitos legais para tal condição, sob pena de não fruição dos benefícios.

2.2.d.1. Como prova da referida condição, deverá ser apresentada **CERTIDÃO simplificada da Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. A certidão deverá ser emitida até 90 dias antes da data de realização do certame.

e) **Cumprimento de Reserva de Cargos:** Declarar que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos da legislação trabalhista vigente (especialmente art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991), conforme exigido pelo art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) **Ausência de Impedimento:** Declarar que não existe impedimento que a proíba de licitar ou contratar com a Administração Pública. Em especial, a licitante deverá declarar que não está suspensa ou impedida de participar de licitações ou contratar com órgãos públicos, e que não foi declarada inidônea ou está impedida de contratar, inclusive não se encontra sob as sanções do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de outras sanções administrativas impeditivas vigentes.

g) **Veracidade das Declarações:** Declaração de ciência de que a apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de participação e habilitação sujeitará a licitante às sanções cabíveis, inclusive à inabilitação imediata no certame e às penalidades do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Não poderão participar desta licitação:

a) **Pessoas Físicas:** Participação exclusiva de pessoas jurídicas, vedada a participação de pessoas físicas ou empresários individuais não registrados regularmente conforme as normas aplicáveis;

b) **Empresa não autorizada:** Pessoas jurídicas que não atendam às condições deste Edital ou cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto licitado, ou que não possuam as autorizações/licenças legais necessárias ao exercício da atividade objeto da contratação;

c) **Servidor ou Parente:** Empresa que possua, em seu quadro societário, servidor ou agente público vinculado à Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupante de cargo na Prefeitura que tenha relação com a licitação (conforme vedação do art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021);

d) **Impedidos por Conflito de Interesse:** Agentes públicos, empresas, ou terceiros que se encontrem em situação de conflito de interesses ou que tenham participado da elaboração deste edital ou de documentos técnicos do certame, nos termos dos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021.

e) **Empresas punidas:** Pessoas jurídicas que estejam suspensas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, bem como aquelas que tenham sido apenadas com impedimento de licitar e contratar previsto na Lei nº 14.133/2021, durante o prazo da sanção;

f) **Sociedades controladoras/coligadas:** Empresas que sejam controladoras, controladas ou coligadas entre si e que apresentem propostas para o mesmo item/lote, nos termos do art. 14, V, da Lei nº 14.133/2021;

g) **Interpostas para fraudar sanção:** Empresas que atuem como interpostas para burlar sanções aplicadas a outrem, inclusive aquelas cujos proprietários ou administradores sejam os mesmos ou compartilhem sociedade com empresa sancionada, se comprovada fraude para continuidade do impedimento (art. 14, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

2.4. A participação neste certame implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e em

seus anexos. Todos os custos relativos à elaboração e apresentação de propostas correrão por conta da licitante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT responsabilidade por tais custos, tampouco por quaisquer problemas de acesso, falhas ou desconexões que venham a prejudicar a participação da licitante.

3. DO CREDENCIAMENTO E DO ENVIO DE PROPOSTAS

3.1. O **Credenciamento** prévio no sistema eletrônico Licitanet é requisito obrigatório para participação. A licitante deverá providenciar seu cadastro e habilitação no Portal Licitanet com antecedência, obtendo chave de identificação e senha de acesso. É responsabilidade exclusiva da licitante manter seus dados cadastrais atualizados e proteger o sigilo de sua chave e senha, comunicando imediatamente o provedor do sistema em caso de comprometimento da segurança de seu acesso.

3.2. **Envio das Propostas:** As propostas comerciais deverão ser formuladas e enviadas exclusivamente por meio eletrônico através do Portal Licitanet, até o dia e horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Até último minuto anterior ao início da sessão, as licitantes poderão registrar, substituir ou retirar suas propostas no sistema. Não serão aceitas propostas enviadas por qualquer outro meio (e-mail, físico etc.), sendo indispensável o envio pelo sistema eletrônico dentro do prazo.

3.3. **Conteúdo da Proposta:** A proposta deverá ser inserida no formulário eletrônico próprio do sistema, contendo preços unitários e totais para o lote licitado, conforme solicitado no sistema. A proposta não deverá conter nenhuma identificação que revele a razão social, CNPJ, nome ou qualquer elemento que identifique a licitante, sob pena de desclassificação por violação ao princípio da impessoalidade. O sistema garantirá o sigilo da autoria das propostas até o término da fase de lances.

3.4. **Validade e Condições:** Ao registrar sua proposta no sistema, a licitante afirma, para todos os efeitos:

- a) Que aceita integralmente as condições deste Edital e de seus anexos, cumprindo todos os requisitos neles estabelecidos;
- b) Que sua proposta tem validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação (art. 90, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021), permanecendo válida durante todo esse período;
- c) Que se compromete a cumprir rigorosamente as obrigações decorrentes da proposta, incluindo especificações técnicas, prazos de entrega/execução e demais condições definidas no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta comercial, caso seja vencedora;
- d) Que nos preços cotados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, tais como despesas com mão de obra, materiais, tributos, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, transporte, alimentação, lucro e quaisquer outras despesas incidentes;
- e) Que tem ciência de que, após aberta a sessão pública, não poderá desistir da proposta, nem pleitear reajuste de preços ou acréscimo de qualquer custo não previsto inicialmente;
- f) Que está ciente e de acordo em se submeter às sanções administrativas previstas na legislação e neste Edital, em caso de descumprimento das obrigações ou cometimento de infrações durante o certame ou após a contratação;
- g) Que participará ativamente da sessão pública eletrônica até sua conclusão, atendendo prontamente às solicitações do Pregoeiro(a), inclusive encaminhando documentos ou esclarecimentos adicionais que venham a ser requeridos no decorrer do procedimento.

3.5. As propostas enviadas deverão observar rigorosamente as especificações do objeto e demais

condições do Edital. Não serão aceitas ofertas de produtos/mercadoria com características ou quantidades diferentes das estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I). Qualquer erro ou omissão na proposta que não afete o essencial poderá ser objeto de esclarecimento ou saneamento durante a fase de julgamento, a critério do Pregoeiro(a), desde que não implique majoração do preço ou prejuízo à isonomia entre as licitantes.

3.6. **Proposta Sigilosa:** Até a abertura da sessão, as propostas permanecerão em sigilo no sistema. Após iniciada a disputa, todas as propostas válidas serão reveladas apenas quanto aos seus valores, sem identificação das licitantes. É vedado às licitantes tentar se identificar ou prestar informações que as identifiquem durante a fase competitiva, seja via mensagens no chat do sistema ou em documentos enviados antes do término da fase de lances, sob pena de desclassificação.

3.7. **Retirada ou Substituição de Proposta:** A licitante poderá, até o último minuto anterior a abertura da sessão, retirar ou substituir sua proposta já cadastrada no sistema, sem qualquer penalidade. Após aberta a sessão pública, não serão admitidas substituições ou novas propostas, apenas lances decrescentes conforme as regras de lances deste Edital.

3.8. **Irrevogabilidade da Proposta:** Findo o prazo de envio e iniciada a sessão pública, a proposta apresentada terá caráter irrevogável e irretratável. Não cabe desistência da proposta após a abertura das propostas iniciais, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro(a) (art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021). A recusa injustificada em manter a proposta sujeitará a licitante às sanções cabíveis.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA DISPUTA DE LANCES

4.1. **Abertura da Sessão:** No dia **08/07/2026, às 09h30min (Horário De Brasília)**, no endereço eletrônico do Portal Licitanet, terá início a Sessão Pública do Pregão Eletrônico. Na abertura, o Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas no sistema, rejeitando aquelas que estejam em desconformidade manifesta com o edital. As propostas inicialmente classificadas serão divulgadas pelo sistema, apenas com seus respectivos valores.

4.2. **Comunicação durante a Sessão:** O sistema eletrônico disponibiliza campo específico (“chat”) para comunicação entre o Pregoeiro(a) e os licitantes durante a sessão. É vedada, durante a etapa competitiva, qualquer outra forma de comunicação externa entre Pregoeiro(a) e licitantes que não seja por meio dos canais oficiais do sistema. As mensagens trocadas no chat integram os autos da licitação.

4.3. **Etapas de Lances:** Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão formular lances sucessivos e decrescentes de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada lance imediatamente registrado e divulgado pelo sistema, informando-se em tempo real o novo menor valor ofertado até então, mantendo-se anonimato dos ofertantes. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário ou total do lote, conforme o caso, observado o valor máximo estimado pela Administração (quando divulgado) e o mínimo de diferença entre lances estabelecido pelo sistema ou pelo Pregoeiro(a).

4.4. **Intervalo Mínimo entre Lances:** O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 0,001**, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta registrada no sistema, salvo se o sistema eletrônico exigir configuração diversa ou se houver justificativa expressa do Pregoeiro(a), devidamente registrada em ata.

4.5. **Competição de Lances:** Não há limite para quantidade de lances, a licitante poderá ofertar quantos

lances desejar, desde que inferiores ao seu último lance registrado. Se a licitante optar por não ofertar lances, permanecerá concorrendo com o valor de sua proposta inicial. Os lances devem observar a redução mínima (incremento) informada pelo sistema, quando aplicável, tanto para lances intermediários quanto para lances que cubram a melhor oferta.

4.6. **Empate entre Lances:** O sistema não admitirá dois lances de mesmo valor. Em caso de coincidência de valores em lances recebidos, prevalecerá aquele que primeiro tiver sido registrado no sistema.

4.7. **Fechamento da Disputa:** A etapa de lances terá duração definida pelo Pregoeiro(a) conforme programação do sistema. Quando o tempo randômico adicional (encerramento aleatório) for acionado, transcorridos os períodos regulares e aleatórios sem novos lances, a etapa de lances será declarada encerrada. O Pregoeiro(a), então, divulgará o resultado provisório da etapa competitiva, com a classificação das propostas pelo menor preço.

4.8. **Desconexão do Pregoeiro(a):** Em caso de desconexão do Pregoeiro(a) durante a sessão pública, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances, salvo se a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos. Neste caso, a sessão será suspensa e terá continuidade somente após comunicação expressa aos participantes no Portal Licitanet, com divulgação de nova data e horário para retomada da sessão (com no mínimo 12 horas de antecedência). Se a desconexão for breve, inferior a 30 minutos, o Pregoeiro(a), ao restabelecer a conexão, dará ciência aos participantes e prosseguirá com o ato, sem prejuízo dos lances registrados no período.

4.9. **Convocação para Retomada da Sessão Pública:** Nos casos de suspensão da sessão pública, a retomada dos trabalhos será precedida de comunicação formal aos licitantes por meio do sistema eletrônico utilizado (Portal Licitanet), com antecedência mínima de **12 (doze) horas**, contadas da divulgação do aviso de reabertura.

4.10. A comunicação deverá conter, obrigatoriamente, a indicação da nova data e horário para continuidade da sessão, garantindo-se a ampla ciência dos participantes e a observância dos princípios da publicidade, isonomia e competitividade.

4.11. **Responsabilidade pelos Lances:** As licitantes são responsáveis pelos lances e demais operações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros os lances ofertados e os documentos por elas encaminhados. A falta de acompanhamento da sessão ou a inobservância de mensagens ou avisos emitidos pelo sistema não servirá de justificativa para retratação de lances ou reclamações posteriores, cabendo a cada licitante diligenciar pelo monitoramento contínuo da sessão pública.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E PREFERÊNCIA

5.1. Em consonância com as normas vigentes, serão adotados critérios de desempate e preferência para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) e demais preferências legais, conforme descrito a seguir.

5.2. **Empate Ficto – ME/EPP (Lei Complementar nº 123/2006):** Constatado, ao final da fase de lances, que a melhor proposta válida seja de empresa não enquadrada como ME/EPP, e que haja proposta apresentada por ME ou EPP cujo valor esteja até 5% (cinco por cento) superior ao valor da melhor proposta, será assegurado à ME/EPP mais bem classificada o direito de, no prazo a ser concedido pelo Pregoeiro(a) (em geral, 5 minutos no sistema após convocação), apresentar nova oferta de preço inferior àquela primeira colocada, a fim de se sagrar vencedora (art. 44, §§1º e 2º, da LC 123/2006). Caso a ME/EPP convocada exerça esse

direito, será considerada vencedora do certame. Se não exercer ou não lograr apresentar lance inferior, o Pregoeiro(a) convocará as demais ME/EPP que se encontrem no intervalo de até 5% superior à melhor oferta original, na ordem de classificação, para o mesmo direito, e assim sucessivamente. Se nenhuma ME/EPP exercer o direito de preferência, manter-se-á o resultado originalmente obtido na disputa de lances.

5.3. Empate Real – Critérios de Desempate — art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

Em caso de empate real entre duas ou mais propostas, assim entendido aquele em que permaneça a igualdade de valores após a fase competitiva e após a aplicação dos benefícios previstos às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabíveis, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. O desempate observará a seguinte ordem:

- a) Realização de disputa final entre os licitantes empatados, hipótese em que poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente mediante utilização de registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações, quando houver regulamentação e informações disponíveis;
- c) Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.5. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso, por se tratar de licitação realizada por órgão municipal localizado neste Estado;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

5.6. Caso persista o empate mesmo após a aplicação sucessiva de todos os critérios legais acima, o desempate poderá ser realizado por sorteio público, em sessão ou ato devidamente registrado em ata, assegurada a transparência, a isonomia, a publicidade e a possibilidade de acompanhamento pelos interessados.

5.7. As regras deste item não prejudicam a aplicação prévia do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente o empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 60, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Negociação e Aceitabilidade: Encerrada a etapa de lances e definidos os valores classificados, o Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar. Poderá negociar com a licitante vencedora, por meio do sistema eletrônico, visando obter condição mais vantajosa (preço menor ou melhores condições), especialmente se o preço de menor lance obtido ainda estiver acima do preço máximo estimado pela Administração para os itens. A negociação será registrada em chat e em ata. Caso a licitante primeira colocada se recuse injustificadamente a negociar ou a reduzir o preço, o Pregoeiro(a) poderá desclassificar a proposta

por preço excessivo (art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021) e convocar as propostas subsequentes, respeitada a ordem de classificação, para negociar nas mesmas condições.

6.2. **Verificação de Conformidade:** Após a etapa de lances e eventual negociação, a pregoeira solicitará, via sistema, que a licitante classificada em primeiro lugar encaminhe, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a Proposta adequada à descrição do objeto e valores ao lance final ou valor negociado. Será analisado detalhadamente a conformidade da proposta vencedora em relação às especificações do objeto, às exigências do Edital e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado ou máximo previsto para contratação. Essa análise de aceitabilidade observará o disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

a) A licitante vencedora provisoriamente deverá apresentar o Certificado de Registro do Produto ou notificação, se for o caso, em plena validade, expedido pela Agência nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde. Caso o produto seja isento de registro, sua embalagem deverá conter a inscrição “Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde”. As documentações acima relacionadas serão exigidas apenas para produtos indicados pela ANVISA e deverão ser apresentadas pelo licitante vencedor após o encerramento dos lances. **(SOMENTE NOS ITENS EM QUE A EMPRESA FOR VENCEDORA).**

b) A análise dos registros catálogos será realizada pela área técnica da Prefeitura ou Secretaria demandante, que poderá solicitar esclarecimentos e documentos complementares aos licitantes.

6.3. **Desclassificação de Propostas:** Serão desclassificadas pelo Pregoeiro(a) as propostas que se enquadrem em quaisquer das seguintes situações, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021:

a) **Vício Insanável:** Propostas que apresentem vícios ou ilegalidades insanáveis, ou seja, defeitos materiais ou formais que não possam ser corrigidos sem infringir a isonomia ou a competitividade do certame;

b) **Descumprimento do Edital:** Propostas que não atendam às especificações técnicas ou condições exigidas no Edital e seus anexos, ou que apresentem alguma desconformidade essencial em relação aos requisitos do instrumento convocatório, não passível de saneamento;

c) **Preço Inexequível:** Propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis e cuja exequibilidade não seja demonstrada, se assim solicitado. Considera-se indício de inexequibilidade uma proposta com valor global ou unitário inferior a 50% do preço estimado pela Administração para o objeto (referência do art. 59, §1º, II c/c art. 63, II, da Lei 14.133/2021). Nesses casos, o Pregoeiro(a) DEVERÁ instaurar diligência para que a licitante comprove por meio de planilhas, justificativas, cotações de insumos ou outros elementos que seu preço é viável e cobre todos os custos da contratação. Não sendo satisfatoriamente comprovada a viabilidade, a proposta será desclassificada por inexequibilidade;

d) **Preço Superior ao Estimado:** Propostas cujo preço global ou unitário ultrapasse o valor máximo estimado ou reservado pela Administração para a contratação (quando este valor for conhecido ou divulgado), salvo se houver possibilidade de ajuste mediante negociação para reduzi-lo aos limites aceitáveis;

e) **Outras Irregularidades Insanáveis:** Propostas que contrariem quaisquer outras exigências do edital, desde que a falha seja considerada **insanável** ou não sanada no prazo assinalado pelo Pregoeiro(a).

6.4. **Saneamento de Erros Formais:** Erros ou falhas formais que não alterem a substância da proposta nem prejudiquem a lisura da disputa não constituirão motivo de desclassificação imediata. O Pregoeiro(a) poderá

permitir correções ou esclarecimentos por parte do fornecedor, dentro de prazo razoável estipulado no sistema, desde que não haja aumento do preço cotado e que a correção não afete a competitividade. Eventuais equívocos no preenchimento da proposta comercial (ex.: casas decimais, pequena divergência em descrição) poderão ser ajustados pelo próprio fornecedor, a critério do Pregoeiro(a), desde que mantida a essência da oferta e sem modificar o valor ofertado, em consonância com o entendimento do TCU (por exemplo, Acórdão 1217/2023 – Plenário). Caso a licitante não cumpra a solicitação de correção ou não justifique falhas apontadas dentro do prazo concedido, sua proposta será desclassificada.

6.5. **Encerramento da Análise:** Constatado pelo Pregoeiro(a) que a proposta classificada em primeiro lugar (ajustada e negociada, se for o caso) atende às exigências do edital e possui preço aceitável, será declarada vencedora provisória do certame, passando-se então à fase de habilitação (item 7). Caso contrário, se a proposta primeira colocada for desclassificada por inaceitabilidade ou desconformidade, o Pregoeiro(a) registrará em ata os motivos e examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, repetindo os procedimentos de que tratam os itens 6.1 a 6.4, inclusive com possibilidade de negociação e diligências, até obter uma proposta que atenda plenamente aos requisitos. Persistindo a desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro(a) poderá declarar fracassado o lote/item e encerrar o pregão, ou, a seu critério, suspender a sessão e encaminhar o processo à autoridade competente para análise da possibilidade de ajustes no edital ou revogação do certame.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. **Convocação para Habilitação:** Uma vez definida a proposta vencedora do lote, o Pregoeiro(a) convocará a licitante classificada em primeiro lugar a apresentar, no prazo mínimo de 02 (duas horas) toda a documentação de habilitação listada neste item. A documentação deverá ser anexada no sistema Licitanet, em campo apropriado, preferencialmente em arquivos PDF legíveis, organizada de acordo com as exigências abaixo. Somente será exigida documentação de habilitação da licitante vencedora, não sendo necessário que as demais enviem seus documentos, exceto se futuramente convocadas em caso de revogação da adjudicação por alguma razão.

a) O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a)(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a)(a)

7.2. **Habilitação Jurídica:** Comprovação da existência legal da pessoa jurídica e de poderes de representação, mediante os documentos abaixo, conforme o tipo de empresa:

a) **Registro empresarial:** prova de inscrição/registro na Junta Comercial (no caso de empresário individual) ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, para sociedades empresárias ou EIRELI, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores quando aplicável. No caso de sociedades por ações, apresentar também documento de registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou ata de assembleia que eleger os administradores. Para sociedades simples, apresentar o ato constitutivo inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com prova de diretoria em exercício.

b) **Alterações contratuais:** todos os documentos societários deverão estar acompanhados de eventuais alterações ou da consolidação em vigor, de forma a demonstrar a situação atual da empresa e seus administradores.

c) **Representação:** documento (procuração ou credenciamento) que comprove os poderes do representante da empresa para representá-la perante este certame, caso não constem do contrato social ou estatuto apresentados.

d) Documentos (CNH ou CPF e RG) do(s) sócio(s) administrador(es).

e) Alvará de Localização e Funcionamento em plena validade.

7.3. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:** Comprovação de regularidade da licitante para com as Fazendas Públicas e com a Seguridade Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos, que podem ser verificados por meio de certidões válidas:

a) **Cadastro no CNPJ:** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Economia;

b) **Inscrição Estadual/Municipal:** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal (se houver) relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) **Regularidade com a Fazenda Federal:** Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) **Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão de débitos estaduais relativos aos tributos estaduais (inclusive ICMS), expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado em que se localiza a sede da licitante;

e) **Regularidade com a Fazenda Municipal:** Certidão de débitos municipais (relativos ao ISS, Taxas etc.) do domicílio ou sede da licitante, emitida pela Prefeitura correspondente;

f) **FGTS:** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, comprovando situação regular;

g) **Trabalhista: Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT),** emitida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011, comprovando ausência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

h) **Declaração art. 7º, XXXIII, CF:** Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal. *(Essa declaração poderá constar do Anexo IV – Modelo de Declarações.)*

(Obs.: Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativa, dentro do prazo de validade constante de cada documento. Caso alguma certidão não indique prazo de validade, considerar-se-á válido o documento emitido nos 90 dias anteriores à data de sua apresentação, salvo disposição legal específica em contrário.)

7.4. **Regularização Fiscal para ME/EPP:** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, caso a licitante melhor classificada seja ME, EPP ou Microempreendedor Individual – MEI e apresente alguma restrição em certidões de regularidade fiscal ou trabalhista, não será inabilitada de imediato. Será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação da licitante para apresentar documentação de habilitação, para regularizar a pendência documental, prorrogável por igual período a critério da Administração quando solicitado justificadamente. A situação que pode ser regularizada inclui obtenção de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa que estejam vencidas ou constem débitos, desde que a empresa providencie a quitação ou renegociação da dívida e apresente a certidão regular dentro do prazo dado. Não ocorrendo a

regularização fiscal e trabalhista no prazo concedido, a licitante ME/EPP será inabilitada, sem prejuízo das sanções cabíveis, e então o Pregoeiro(a) convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, aplicando-se o mesmo procedimento a eventual próxima colocada que seja ME/EPP com restrição documental (LC 123/2006, art. 43, §1º e §2º).

7.5. **Qualificação Econômico-Financeira:** Comprovação da boa situação financeira da empresa, visando assegurar a capacidade de cumprir as obrigações decorrentes do contrato. Deverão ser apresentados:

a) **Certidão de Falência/Recuperação Judicial:** Certidão expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, comprovando a inexistência de pedido de falência contra a licitante, ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial em trâmite. Caso a certidão aponte que a empresa está em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado documento judicial que comprove que o plano de recuperação foi homologado pelo Juízo competente (conforme art. 58 da Lei nº 11.101/2005), sob pena de inabilitação.

7.6. **Qualificação Técnica:** Comprovação da aptidão da licitante para desempenhar o objeto licitado, mediante a apresentação dos documentos a seguir:

7.6.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica:** 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem que esta já forneceu, a contento, produtos/mercadorias de natureza pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do cliente ou com identificação clara do emitente, assinado por representante competente, declarando que foram executados satisfatoriamente.

a) **Comprovação Suplementar:** A critério do Pregoeiro(a) ou da Comissão de Licitação, **poderá ser solicitada** à licitante melhor classificada a apresentação de cópia do contrato e/ou nota fiscal correspondente aos produtos/mercadorias declarados no atestado técnico, para verificação da veracidade e adequação. A licitante deverá atender a tal solicitação no prazo estipulado, sob pena de inabilitação por insuficiência de qualificação técnica, caso se comprove falsidade em atestado ou incompatibilidade dos atestados com o objeto licitado.

7.6.2. **Licença Sanitária Estadual ou Municipal:** Estabelecimentos de assistência à saúde e os estabelecimentos de interesse da saúde são obrigados a apresentar a licença sanitária emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária, com plena validade, em conformidade com a Lei nº 9.506, de 21 de fevereiro de 2011. Esta exigência aplica-se a empresas que produzem, manipulam, embalam, armazenam, transportam ou comercializam produtos de interesse à saúde, conforme descrito no art. 30 dessa lei.

7.6.3. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):** Empresas envolvidas nas atividades de extração, produção, fabricação, transformação, importação, distribuição, ou comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde, conforme disposto na Lei nº 6.360/76, Lei nº 9.782/99 e Decreto nº 79.094/77, devem apresentar AFE emitida pela ANVISA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

7.6.4. **Certificado de Registro do Produto ou notificação**, se for o caso, em plena validade, expedido pela Agência nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde. Caso o produto seja isento de registro, sua embalagem deverá conter a inscrição "Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde". As documentações acima relacionadas serão exigidas apenas para produtos indicados pela ANVISA e deverão ser apresentadas pelo licitante vencedor após o encerramento do lance. **(SOMENTE NOS ITENS EM QUE A EMPRESA FOR VENCEDORA).**

7.7. **Declarações e Documentos Complementares:** Além dos documentos acima, a licitante melhor classificada deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações (podendo utilizar o **Anexo IV – Modelo de Declarações**, preenchendo-o e assinando-o por seu representante legal.

7.8. **Verificação das Certidões e Documentos:** A verificação da autenticidade e validade dos documentos apresentados poderá ser feita por meio eletrônico, nos sítios oficiais dos órgãos emissores. O Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, consultar bases de dados governamentais para conferir a regularidade fiscal e trabalhista da licitante, inclusive utilizando o **SICAF** ou sistemas equivalentes de registros cadastrais se julgar pertinente, sem prejuízo da necessidade de apresentação dos documentos pela licitante conforme exigido.

7.9. **Inabilitação:** Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar documento(s) exigido na fase de habilitação, apresentar documentação incompleta, irregular ou falsa, ou que apresente documentos com validade expirada (salvo as situações de regularização fiscal para ME/EPP previstas no subitem 7.4). A apresentação de **documento ou declaração falsa** sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de demais consequências legais.

a) O Pregoeiro(a) poderá, em observância ao formalismo moderado, celeridade, e à busca da proposta mais vantajosa e ao interesse público, realizar diligência para consultar, verificar ou complementar informações relativas a documentos de domínio público ou passíveis de obtenção em sítios eletrônicos oficiais, tais como certidões fiscais, trabalhistas, cadastrais, registros públicos, comprovantes de inscrição e demais documentos emitidos por órgãos ou entidades públicas.

7.10. **Habilitação de Remanescentes:** Em caso de inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro(a) registrará em ata os motivos e, com autorização da autoridade competente, convocará a licitante classificada em segundo lugar para, em sessão a ser designada, apresentar documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda plenamente aos requisitos e seja habilitada, ou até o esgotamento das propostas classificadas, nos termos do art. 90, §§5º e 6º da Lei nº 14.133/2021. O Pregoeiro(a) poderá negociar novo preço com a licitante remanescente, se julgar necessário, de modo a obter condição igual à da primeira colocada (especialmente se esta havia reduzido o preço em negociação).

7.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

7.12. Na hipótese de todos os licitantes serem inabilitados ou de todas as propostas apresentadas serem desclassificadas, a Administração Pública poderá, a seu exclusivo critério e por mera faculdade, conceder prazo de até 08 (oito) dias úteis para que sejam apresentadas novas documentações ou propostas devidamente corrigidas e escoimada dos vícios.

a) A concessão desse prazo não constitui obrigação da Administração, tratando-se de medida de conveniência e oportunidade, observados os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. **Manifestação de Recurso:** Após a divulgação do resultado do julgamento da habilitação, o Pregoeiro(a) abrirá prazo na própria sessão pública para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e motivada, a intenção de interpor recurso contra a decisão. Este prazo concedido em sessão não será inferior a 10 (dez) minutos (art. 165 da Lei nº 14.133/2021). A licitante que desejar recorrer deverá registrar no sistema sua

intenção, indicando de forma resumida o objeto do recurso (ex.: contra a habilitação da concorrente X, ou contra a desclassificação de sua proposta, etc.).

8.2. **Apresentação de Razões e Contrarrazões:** Admitido o recurso, a recorrente deverá apresentar suas **razões formais** por escrito no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data da manifestação da intenção (ou conforme prazo fixado no sistema, caso haja configuração específica). As razões do recurso deverão ser enviadas **no próprio sistema eletrônico** (ou, na impossibilidade, protocoladas por escrito na Prefeitura, conforme orientação do Pregoeiro(a)). As demais licitantes, especialmente as eventualmente recorridas, terão prazo igual de 3 (três) dias úteis após o término do prazo da recorrente, para apresentarem contrarrazões, se desejarem, também via sistema. As razões e contrarrazões apresentadas ficarão disponíveis às partes no portal.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. **Adjudicação:** Encerrada a fase de lances e de julgamento, e não havendo recursos (ou após a decisão final dos recursos interpostos, mantendo-se o resultado), o Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à licitante declarada vencedora, por item ou lote, conforme o caso. A adjudicação será o ato formal que atribui à vencedora o direito de contratação do objeto licitado, nas condições da sua proposta. Se houve recurso decidido pela autoridade superior, a adjudicação poderá ser realizada diretamente por essa autoridade, conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. **Homologação:** Depois de adjudicado pelo Pregoeiro(a) (ou pela Comissão/Pregoeiro(a) e referendado no relatório final, se aplicável), o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Competente (Chefe do Poder Executivo Municipal ou Secretário designado) para homologação. A homologação consiste na análise final da regularidade do procedimento e na aprovação do resultado, viabilizando a contratação. Somente com a homologação o resultado se torna definitivo. A autoridade competente poderá, antes de homologar, suspender ou anular o certame caso detecte alguma ilegalidade insanável, ou revogá-lo por motivo de interesse público superveniente devidamente justificado (art. 71, caput e §3º, da Lei nº 14.133/2021).

9.3. **Direito de Revogação/Anulação:** A Administração, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou por ilegalidade constatada, poderá revogar ou anular a presente licitação, no todo ou em parte, em qualquer fase, mediante decisão motivada e fundamentada nos autos, sem que caiba às licitantes direito a indenização. Em caso de anulação, serão declarados sem efeito os atos insuscetíveis de aproveitamento. Em caso de revogação por motivo de conveniência e oportunidade, serão respeitados os direitos adquiridos dos licitantes decorrentes de atos já homologados (cf. Súmula 473 do STF e art. 71, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4. **Publicação do Resultado:** Após a homologação, a Administração publicará o extrato do resultado da licitação, informando os vencedores e preços, em meios oficiais: Diário Oficial ou Jornal de Circulação, bem como no site oficial da Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp>), conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

9.5. **Não Aquisição de Direito à Contratação:** A homologação do resultado desta licitação não garante direito automático à contratação imediata, especialmente por se tratar de Registro de Preços. A contratação efetiva dependerá da conveniência e necessidade da Administração em utilizar o objeto licitado, respeitando-se o prazo de validade da ata e as quantidades registradas (art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021). Somente após a assinatura da Ata de Registro de Preços e, posteriormente, do contrato ou emissão de ordens de

Fornecimento é que a adjudicatária terá obrigação de fornecer os bens (produtos ou materiais).

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. Convocação para Assinatura da Ata: Homologado o resultado, a adjudicatária será convocada pelo Órgão Gerenciador (Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT) para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), conforme minuta do Anexo VI, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação formal (e-mail indicado na proposta). A Ata será firmada preferencialmente por meio de assinatura digital (certificado ICP-Brasil) e disponibilizada eletronicamente. Caso a empresa não possua certificado digital, poderá ser viabilizada assinatura física mediante comparecimento do representante ou envio do documento assinado manualmente, a critério da Administração.

10.2. Prazo de Vigência da ARP: A Ata de Registro de Preços resultante desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no PNCP ou do último signatário, o que ocorrer por último. A vigência da ata poderá ser prorrogada por igual período (mais 12 meses), desde que comprovado que os preços registrados se mantêm vantajosos para a Administração (Lei nº 14.133/2021, art. 86, §3º). Em caso de prorrogação da vigência da ata, será assegurado à contratada o direito a reajuste de preços, se previsto neste Edital ou em lei específica, nos termos do art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Efeitos da ARP: A Ata de Registro de Preços constitui um compromisso formal de fornecimento por parte da empresa registrada, nas condições estabelecidas. Entretanto, a existência da ata não obriga a Administração a contratar, sendo as contratações feitas conforme a necessidade. Durante o prazo de vigência, a Administração (denominada Órgão Gerenciador da ata) poderá solicitar o fornecimento do objeto à detentora da ata por meio de ordens de Fornecimento, notas de empenho ou contratos específicos, observadas as quantidades máximas registradas e as cláusulas constantes da ata e do edital.

10.4. Quantidades e Adesões: O quantitativo máximo de cada item a ser adquirido via registro de preços está definido no Termo de Referência (Anexo I) e na própria Ata. Os órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Campo Verde indicados como participantes poderão utilizar a ata até aquele limite. A Administração Municipal poderá autorizar que órgãos não participantes (outras entidades públicas) façam uso da ARP (carona), nos termos do art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação pertinente, observando-se que as adesões de terceiros estão limitadas a, no máximo, 50% dos quantitativos originalmente registrados para cada item para cada órgão não participante, e que o somatório de todas as adesões não poderá exceder a dobro (100%) do quantitativo total originalmente registrado na ata. Em todos os casos de adesão, as contratações estarão sujeitas à anuência da detentora da ata e à confirmação da vantagem dos preços.

10.5. Formalização dos Contratos: Quando o órgão gerenciador ou participante desejar executar o fornecimento registrado, será expedida uma Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento contratual equivalente em favor da ata detentora, especificando o objeto, quantidade, valor e condições, com base na ARP. A empresa contratada deverá assinar digitalmente e devolver o instrumento de contrato (quando houver) no prazo indicado (geralmente até 5 dias úteis) após o recebimento, sob pena de configuração de recusa injustificada.

10.6. Garantia Contratual: Não será exigida garantia de execução contratual para os fornecimentos decorrentes desta ata, salvo disposição em contrário no Anexo I ou em legislação superveniente (Lei nº 14.133/2021, art. 98, §2º).

10.7. Dotação orçamentária: A despesa decorrente do fornecimento de mercadorias/produtos do objeto

deste pregão, a princípio, correrá à conta dos créditos orçamentários consignados abaixo, sem prejuízo de outras dotações compatíveis que venham a ser indicadas no momento da emissão do empenho.

- a) **Dotação:** 10.002.10.302.0034.20111.3390300000.16210000603 e
10.002.10.303.0035.20118.3390320000.15001002000

Penalidades por Descumprimento: A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato no prazo estabelecido, ou a não entrega dos documentos exigidos para a contratação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação (art. 90, §§5º e 6º da Lei nº 14.133/2021). Nessa hipótese, a Administração poderá, conforme seu interesse, convocar os licitantes remanescentes pela ordem de classificação para celebrar a ata/contrato, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar o certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis à desistente.

10.8. Pagamento: O pagamento será realizado em até 30 dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal/gestor competente, observada a ordem cronológica de pagamentos e a regularidade fiscal da contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Em regra, o pagamento ocorrerá em até 30 dias após o recebimento no departamento de Finanças, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada, via depósito bancário na conta indicada pela contratada. A emissão de nota fiscal deve estar de acordo com as quantidades e valores registrados. Em caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Administração, poderá ser devida atualização financeira nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 141.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS NA LICITAÇÃO

11.1. As licitantes autorizam o Município a tratar e compartilhar seus dados pessoais (inclusive de sócios) para fins de procedimentos licitatórios e fiscalização contratual, observando os princípios da LGPD (finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção). Esse tratamento pode persistir mesmo após o término do contrato, para controle administrativo.

Prefeitura e licitantes comprometem-se a manter sigilo sobre todos os dados pessoais e sensíveis acessados em razão do contrato, vedando seu repasse a terceiros, salvo por obrigação legal ou para efetivar o contrato.

11.2. Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, as partes devem comunicar-se mutuamente em até 24 horas e adotar as medidas previstas no art. 48 da LGPD.

11.3. Para execução do objeto, licitantes e representantes consentem que o Município acesse seus dados (CPF, RG, estado civil, endereços, e-mail), limitando-se a divulgação ao endereço comercial e às hipóteses legalmente exigidas, em respeito ao princípio da necessidade e à legislação de acesso à informação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A licitante/contratada ficará sujeita, no que couber, às sanções previstas nos arts. 155 a 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civil e penal, caso incorra em quaisquer das infrações estabelecidas em lei ou neste Edital. Constituem infrações administrativas, exemplificativamente:

- a) **Não assinatura da Ata/Contrato:** Deixar de celebrar a ata de registro de preços ou o contrato, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido após regularmente convocada (descumprimento da obrigação assumida na licitação);

- b) **Não entrega de documentação:** Deixar de apresentar documentação exigida para a contratação ou não manter a proposta após a adjudicação (salvo por fato superveniente devidamente comprovado);
- c) **Inexecução parcial do contrato:** Executar parcialmente o contrato ou ata de registro de preços, com falhas ou atrasos injustificados que comprometam o seu objeto. Configura inexecução parcial, por exemplo, o atraso injustificado no prazo estipulado no termo de referência do objeto que causem transtornos significativos à Administração ou ao interesse público;
- d) **Entrega ou execução insatisfatória:** fornecer materiais em desacordo com as especificações de qualidade exigidas, sem sanar os vícios apontados;
- e) **Retardamento imotivado:** Dar causa ao retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa aceita pela Administração;
- f) **Transgressões contratuais:** Descumprir quaisquer outras cláusulas contratuais ou condições da ata de registro de preços, sem justificativa;
- g) **Documentação/Informação falsa: Apresentar declaração ou documentação falsa** em qualquer fase da licitação ou da execução contratual, inclusive falsificar atestados técnicos ou informações para obter vantagem;
- h) **Fraude ou comportamento inidôneo:** Praticar atos fraudulentos no curso da licitação ou na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou agir com má-fé para frustrar os objetivos do certame;
- i) **Lesão à Administração:** Cometer qualquer ato lesivo à Administração Pública definido na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), como fraudar a licitação, prejudicar a investigação de ato ilícito, ou outros previstos no art. 5º daquela lei.
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo cometimento de quaisquer infrações acima, a Administração poderá aplicar à licitante/contratada as seguintes sanções administrativas, assegurada a prévia defesa, na forma da Lei nº 14.133/2021 (art. 156):
- a) **Advertência:** aplicada por escrito nos casos de infrações leves, para que a contratada corrija as faltas e previna reincidências, utilizada, por exemplo, quando a inexecução parcial não justifica penalidade mais grave (art. 156, §2º);
- b) **Multa:** poderá ser imposta multa **moratória** pelo atraso injustificado na execução, e/ou multa **compensatória** em razão de prejuízos causados ou pelo descumprimento de obrigações contratuais. As multas específicas estão previstas na Minuta de Contrato (Anexo VII) e poderão ser calculadas, a título de referência, da seguinte forma:
- c) **Multa por atraso:** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso no cumprimento do objeto (entrega), calculada sobre o valor da parte inadimplida, limitada a 9,9% (que corresponde a até 30 dias de atraso). Ultrapassados 30 dias de atraso, poderá ser aplicada multa de 0,66% ao dia, a critério da Administração, até o limite de 20% do valor do contrato;
- d) **Multa compensatória:** em caso de inexecução ou rescisão devido a culpa da contratada, multa entre 5% e 20% sobre o valor do contrato ou do item prejudicado, conforme a gravidade da falta e conforme previsto no contrato. *(Os percentuais exatos e casos de aplicação encontram-se na Minuta de Contrato.)*
- e) **Observação:** As multas não têm caráter compensatório pleno, podendo a Administração cobrar da contratadas eventuais prejuízos adicionais não cobertos pelo valor da multa. As multas poderão ser deduzidas de pagamentos devidos ou cobradas via administrativa/judicial, e se excederem o valor ainda

não pago, a diferença será cobrada da **garantia contratual** (se houver) ou por via judicial (Lei 14.133/2021, art. 156, §8º).

f) **Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal:** sanção de **suspensão temporária**, que impedirá a empresa de participar de licitações e contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT por um prazo não superior a 3 (três) anos, conforme gravidade da falta (art. 156, inciso II e §4º, Lei 14.133/2021). Aplica-se tipicamente nos casos de infrações médias ou graves não abrangidas pela alínea seguinte, tais como atraso grave, inexecução parcial significativa, reincidência em faltas, desde que não recomendada a inidoneidade;

g) **Declaração de Inidoneidade:** sanção máxima, que proíbe a empresa de licitar e contratar **com qualquer órgão da Administração Pública**, em âmbito nacional, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação (que poderá ser requerida após 3 anos de efetivo cumprimento, conforme art. 156, §5º). Será aplicada nos casos de faltas gravíssimas, como fraude comprovada, comportamento inidôneo, atos ilícitos de grave lesão ao interesse público, ou também em casos de infrações graves previstas na lei quando justificarem penalidade mais severa.

12.3. As sanções previstas nos itens acima podem ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme art. 156, §7º da Lei 14.133/2021. A aplicação de uma penalidade não exclui a possibilidade de outras, quando cabíveis, respeitados os princípios da proporcionalidade e vedação ao bis in idem.

12.4. **Graduação e Defesa:** Na aplicação das sanções, a autoridade levará em conta: a gravidade da infração, os danos resultantes para a Administração, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, o histórico contratual da empresa e, se for o caso, a existência e efetividade de um programa de integridade (compliance) implementado pela contratada (conforme art. 156, §1º). Antes da aplicação de qualquer penalidade, será assegurado à empresa o direito de defesa: ela será notificada para apresentar defesa escrita no prazo legal mínimo de 15 (quinze) dias úteis (art. 158, caput, da Lei 14.133/2021). No caso de multa moratória por atraso, poderá ser concedido prazo menor para manifestação, conforme previsto no contrato, mas sempre assegurando contraditório.

12.5. **Competência para Aplicar Penalidades:** As penalidades de advertência e multa podem ser aplicadas pelo gestor do contrato ou pelo Pregoeiro(a)/Comissão, conforme delegação. As sanções de impedimento de licitar (suspensão) ou declaração de inidoneidade são de competência da **Autoridade Superior do órgão** (Prefeito Municipal ou Secretário por delegação), após processo administrativo regular com garantia de defesa, conforme art. 158 da Lei 14.133/2021.

12.6. **Reabilitação:** A empresa apenada com declaração de inidoneidade poderá, decorrido o prazo legal mínimo (3 anos), solicitar sua reabilitação junto à autoridade que aplicou a penalidade, comprovando sanadas as razões que levaram à punição e ressarcidos eventuais prejuízos causados (art. 158, §3º, Lei 14.133/2021). Sendo reabilitada, será retirado o seu impedimento no âmbito da Administração.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. **Legislação Aplicável:** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro(a) com base na Lei Federal nº 14.133/2021, suas regulamentações federais e municipais, e demais legislações correlatas em vigor. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Complementar nº 123/2006 (capítulo das micro e pequenas empresas), o Código Civil (no tocante às obrigações e prazos societários) e a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13.2. **Fórum e Controvérsias:** Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do contrato decorrente desta licitação, que não puderem ser resolvidas administrativamente, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Verde – MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. *(Cláusula a ser reproduzida no contrato; a citação no edital é meramente informativa.)*

13.3. **Informações e Esclarecimentos:** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão (ou prazo maior previsto no art. 164 da Lei 14.133/2021), qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos. As impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente via Portal Licitanet, em campo específico do certame. As respostas a esses questionamentos serão divulgadas pelo Pregoeiro(a) no próprio Portal Licitanet e no site oficial do Município, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-las para ciência. Acolhida alguma impugnação que implique modificação no Edital, será publicada errata ou adendo e designada nova data para o pregão, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas, hipótese em que poderá manter-se a data (art. 55, §1º, Lei 14.133/2021). A ausência de impugnação no prazo legal significa que os interessados concordam com as condições do edital, não podendo arguir posteriormente supostas falhas, e não impedirá a Administração de rever os atos se identificar vício de ilegalidade.

13.4. **Contatos:** Quaisquer comunicações formais durante o certame deverão ser feitas via sistema eletrônico. Para eventuais necessidades fora do sistema (e.g., problemas técnicos), os licitantes poderão contatar a Comissão/Pregoeiro(a) por meio do e-mail: licitacao1@campoverde.mt.gov.br e compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone: (66) 3419-1244 / 3419-2067 / 3419-4404 (horário de expediente).

13.5. **Cláusula de Reserva:** A Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT reserva-se o direito de, a qualquer tempo, anular ou revogar a presente licitação nos termos da legislação, bem como de não celebrar o contrato ou não utilizar a ata de registro de preços caso julgue não ser conveniente ou necessária a contratação, sem que caiba às licitantes direito a reclamações ou indenizações, ressalvado o direito do contraditório se for por motivo de anulação (ilegalidade).

13.6. **Validade do Edital:** Este Edital e seus Anexos vinculam-se à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais diplomas citados. Em caso de divergência entre as cláusulas deste Edital e a referida legislação, prevalecerá o disposto na norma hierarquicamente superior, não invalidando as demais condições do instrumento convocatório que forem independentes. As cláusulas deste Edital passam a integrar os futuros instrumentos (Ata de RP e Contrato) decorrentes do certame, salvo disposição em contrário expressa.

13.7. **Disposições Finais:** Todos os termos deste edital foram elaborados em estrita observância às normas legais e com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, competitividade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo. A participação neste certame implica em submissão irrestrita às condições aqui estabelecidas. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro(a) e pela Autoridade Competente, no âmbito de suas atribuições, à luz da legislação vigente.

13.8. **Foro:** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Estadual de Campo Verde - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Pregão Eletrônico nº 041/2026

Campo Verde/MT, 12 de junho de 2026.

GISLENE JESUS LOPES
Pregoeira
Portaria nº 451/2026

ADRIANO C. DE PAULA
Gerente de Compras
Portaria nº 062/2025

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 040/2026****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas das farmácias municipais e demais unidades da rede pública municipal de Campo Verde-MT, conforme especificações constantes no Anexo I e condições estabelecidas neste Termo de Referência, compreendendo todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento contínuo de medicamentos destinados ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Campo Verde/MT. Atualmente, o município conta com 03 (três) Farmácias Municipais responsáveis pela dispensação de medicamentos à população, além do fornecimento às unidades integrantes da rede municipal de saúde.

2.3. Considerando a crescente demanda pelos itens farmacêuticos, o aumento do número de atendimentos realizados pela rede pública de saúde e a possibilidade de implantação de uma nova Farmácia Municipal no decorrer do exercício de 2026, faz-se necessária a realização do Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, garantindo a manutenção dos estoques, a continuidade dos tratamentos dos pacientes e a ampliação da capacidade de atendimento da assistência farmacêutica municipal.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PAC) 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

Descrição Da Solução Como Um Todo Considerado O Ciclo De Vida Do Objeto E Especificação Do Produto

2.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**Exigências de habilitação**

2.6. Para fins de habilitação na licitação, o licitante deverá comprovar o atendimento dos seguintes requisitos, conforme detalhado no edital:

- a) **Habilitação jurídica:** documentos que comprovem a constituição regular da empresa e os poderes de representação de seus administradores, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021 (ex.: ato constitutivo, CNPJ, documentos de identificação dos sócios e procuradores, etc.).
- b) **Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária:** prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal, incluindo certidões negativas ou positivas com efeito de negativas de débitos tributários; regularidade junto à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço – FGTS; e certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, nos termos do art. 67 e art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

c) **Qualificação econômico-financeira:** Certidão expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, comprovando a inexistência de pedido de falência contra a licitante, ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial em trâmite.

d) **Qualificação técnica:**

- Um ou mais atestados de capacidade técnica que comprovem aptidão da licitante para executar o objeto, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Tais atestados deverão demonstrar experiência em fornecimento de natureza semelhante ao objeto desta licitação, podendo o edital estabelecer quantitativos mínimos pertinentes e compatíveis com o objeto, vedadas exigências desnecessárias ou desproporcionais.
- Licença Sanitária Estadual ou Municipal: Estabelecimentos de assistência à saúde e os estabelecimentos de interesse da saúde são obrigados a apresentar a licença sanitária emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária, com plena validade, em conformidade com a Lei nº 9.506, de 21 de fevereiro de 2011. Esta exigência aplica-se a empresas que produzem, manipulam, embalam, armazenam, transportam ou comercializam produtos de interesse à saúde, conforme descrito no art. 30 dessa lei.
- Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, em cumprimento à Lei nº. 6.360/76 e alterada pela Lei nº. 9.787/99, bem como pela Portaria GM nº. 2.814/1998, Lei 9782/99 e Portaria SVS/MS nº 802/98, em forma de original ou publicação no Diário Oficial da União ou por qualquer processo de cópia, atualizada, legível e destacada com caneta marca texto. Em caso de medicamento ser sujeito a controle especial se faz necessário a apresentação da Autorização de Funcionamento Especial (AFE especial). No caso de o fabricante ser sediado no exterior, será aceito a Autorização de Funcionamento do Importador/Distribuidora, detentora do registro do medicamento junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Certificado de Registro do Produto, se for o caso, em plena validade, expedido pela Agência nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde; caso o produto seja isento de registro, sua embalagem deverá conter a inscrição “Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde”.

Disposições gerais sobre habilitação:

2.7. Todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da pessoa jurídica que efetivamente participará do certame (CNPJ básico), observadas as exceções legais. Caso a empresa possua matriz e filiais, os documentos devem ser apresentados de acordo com a situação específica: se a participação for pela matriz, todos os documentos em nome da matriz; se for por filial, os documentos em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz (ex.: balanço consolidado, certos certificados).

2.8. Serão aceitas certidões e comprovantes extraídos de sistemas eletrônicos oficiais (como SICAF e outros cadastros integrados), bem como aqueles apresentados por meio de cópia impressa, desde que seja possível a validação de sua autenticidade pela Comissão de Licitação.

2.9. No caso de empresas reunidas em consórcio (se admitido no edital), deverão ser apresentados os documentos exigidos para cada consorciada, além do compromisso de constituição de consórcio e demais documentos específicos previstos em edital e em lei.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

A entrega dos medicamentos deverá observar rigorosamente as seguintes condições:

3.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento;

3.2. O prazo máximo de entrega será de **15 DIAS CORRIDOS**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.2.1. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

3.3. Os produtos deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campo Verde**, em dias úteis, no horário de expediente.

4.3.1. Endereço para entrega: Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campo Verde, sito à Avenida Manoel Genildo de Araújo, nº 145, Bairro Campo Real II, CEP 78.840-085, Campo Verde/MT. Telefone: (66) 3419-4070.

3.4. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **18 (DEZOITO) MESES**, do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.5. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, sem sinais de violação, avaria ou adulteração;

3.6. As embalagens deverão seguir o padrão:

a) **Embalagem primária:** aquela que está em contato direto com o produto, como por exemplo, o blister, frasco ou bisnaga;

b) **Embalagem secundária:** aquela que envolve a embalagem primária – caixa ou cartucho.

3.7. Os produtos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”, conforme Portaria n.º 2814/GM de 29/05/1998;

3.8. As embalagens deverão conter: nome do medicamento, nome do laboratório fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e número do registro na ANVISA;

3.9. A contratada deverá apresentar, no ato da entrega, nota fiscal correspondente, contendo a identificação do lote, validade e demais informações exigidas;

3.10. Os medicamentos sujeitos a controle especial deverão observar integralmente as exigências da ANVISA e demais normas sanitárias aplicáveis;

3.11. Em caso de desconformidade, os produtos serão recusados total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada à substituição no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS**, sem ônus para a Administração.

3.12. Em caso de descontinuidade de fabricação ou indisponibilidade no mercado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração e propor produto equivalente, sujeito à prévia aprovação;

Do Transporte

O transporte dos medicamentos deverá atender aos seguintes requisitos:

3.13. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada arcar com todos os custos inerentes à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando às despesas com transporte, logística, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, bem como operações de carregamento, descarregamento e quaisquer outros custos diretos ou indiretos decorrentes do fornecimento, não cabendo nenhum acréscimo posterior à CONTRATANTE.

3.14. Deverá ser realizado em condições adequadas de conservação, higiene, segurança e controle de temperatura, quando aplicável, garantindo a integridade dos produtos;

3.15. Os veículos utilizados deverão estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes sendo limpos, higienizados, organizados e protegidos contra intempéries;

3.16. Medicamentos termolábeis deverão ser transportados com controle de temperatura monitorado, com comprovação mediante registros ou dispositivos apropriados;

3.17. Não será permitido o transporte conjunto com produtos que possam comprometer a qualidade, segurança ou estabilidade dos medicamentos;

3.18. A contratada deverá garantir a rastreabilidade do transporte, incluindo identificação de lotes e controle de origem/destino;

3.19. Eventuais perdas, avarias ou desvios durante o transporte serão de inteira responsabilidade da contratada, inclusive quanto à substituição imediata;

3.20. O transporte deverá observar as Boas Práticas de Distribuição e Transporte de medicamentos estabelecidas pela ANVISA.

Critérios de Aceitabilidade do Objeto

Para fins de recebimento e aceitação, os medicamentos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

3.21. Conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (DCB, dosagem, forma farmacêutica, apresentação, etc.);

3.22. Registro válido junto à ANVISA, quando exigido;

3.23. Atendimento às normas sanitárias vigentes, incluindo rotulagem, bula e identificação de lote e validade;

3.24. Laudo que comprove a quantidade de comprimidos em cada embalagem fechada, para evitar cancelamentos parciais futuros.

3.25. Integridade física das embalagens e ausência de sinais de deterioração;

3.26. Compatibilidade entre os produtos entregues e os constantes na nota fiscal e Ordem de Fornecimento;

3.27. Cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos;

3.28. Para medicamentos termolábeis, comprovação de manutenção da cadeia de frio durante o transporte;

3.29. O recebimento será realizado em duas etapas:

- Provisório: no ato da entrega, para verificação quantitativa;
- Definitivo: após análise qualitativa e conformidade técnica;

3.30. O não atendimento a qualquer dos critérios implicará recusa do objeto, devendo a contratada proceder à substituição imediata, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Garantia e responsabilidade pelo produto

3.31. A contratada deverá garantir a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos fornecidos, durante todo o prazo de validade, conforme registro ou regularização junto à ANVISA.

3.32. A contratada será responsável pela substituição de medicamentos que apresentem vícios de qualidade, defeitos, avarias, alterações, contaminação ou qualquer inconformidade, ainda que constatados após o recebimento definitivo, desde que dentro do prazo de validade.

3.33. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem ônus para a Administração.

3.34. A contratada deverá prestar suporte técnico quanto às condições de armazenamento, transporte e conservação, sempre que solicitado pela Administração.

3.35. Em caso de recolhimento (recall) determinado por órgão competente ou pelo fabricante, a contratada deverá:

- a) Comunicar imediatamente a Administração;
- b) Providenciar a retirada dos produtos;
- c) Efetuar a substituição ou ressarcimento correspondente;

3.36. A contratada responderá integralmente por danos decorrentes do fornecimento de medicamentos fora das especificações ou em desacordo com as normas sanitárias, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre a(s) secretaria(s) e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. A(s) secretaria(s) poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a(s) secretaria(s) poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, a Servidora Tamara Ariana Telline (Matrícula: 9181) ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Administrativa

4.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

4.10. Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

EXDCUTIPrazo de pagamento

5.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa;

5.7. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

Forma de pagamento

5.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.12. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

5.13. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.14. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.15. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.16. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.17. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.18. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.20. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

6.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade e demandas das secretarias.

Sustentabilidade

6.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, com fundamento no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.4. Priorizar, sempre que possível, o fornecimento de bens/serviços que apresentem menor impacto ambiental, com racionalização do consumo de recursos naturais (água, energia e matérias-primas) e redução de geração de resíduos;

6.5. Exigir que a Contratada observe práticas de gestão ambiental durante a execução do objeto, incluindo a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, conforme legislação ambiental aplicável;

6.6. Promover a utilização de materiais, produtos e/ou insumos com maior durabilidade, possibilidade de reutilização/reciclagem, e, quando aplicável, com certificação de origem ou conformidade ambiental reconhecida.

Indicação de marcas ou modelos

6.7. Não será admitida a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo os produtos atender exclusivamente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que comprovadamente atendam aos requisitos estabelecidos.

Da exigência de amostra

6.8. Para a presente contratação, não será exigida a apresentação de amostras, considerando que os medicamentos a serem adquiridos possuem registro ou regularização junto à ANVISA, o que assegura o atendimento aos requisitos de qualidade, segurança e eficácia.

6.9. A avaliação da conformidade do objeto será realizada por meio da análise documental, verificação das especificações técnicas e conferência no ato do recebimento, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.10. A Administração poderá, excepcionalmente, solicitar amostra ou documentação complementar, durante a fase de julgamento ou execução contratual, caso haja dúvida quanto à qualidade, especificação ou conformidade do produto ofertado.

Subcontratação

6.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para a presente licitação, é de **R\$ 14.058.234,00 (quatorze milhões, cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais)**, conforme custos unitários e quantitativos constantes da planilha de formação de preços e demais documentos que integram o processo administrativo.

7.2. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, para mais ou para menos, em decorrência de eventuais fatos supervenientes que impactem significativamente os custos dos fornecimentos registrados, nas seguintes situações (conforme art. 124, II, da Lei 14.133/2021):

- a) **Caso fortuito ou força maior:** na ocorrência de fato excepcional, imprevisível ou inevitável, ou mesmo previsível, porém de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do objeto tal como inicialmente pactuado, de forma a romper a base econômica do preço registrado (hipótese de **fato do príncipe** ou força maior), poderá ser revista a Ata de Registro de Preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.
- b) **Alteração de tributos ou normas:** no caso de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais ou normas regulamentares após a data da proposta, que comprovadamente venham a repercutir no custo dos fornecimentos registrados, os preços poderão ser revistos na proporção do impacto sofrido, para mais ou para menos, conforme o caso.
- c) **Reajuste anual:** na época própria do reajuste contratual (anualidade), os preços registrados serão ajustados de acordo com o índice previsto, conforme já estabelecido na seção de reajuste deste Termo de Referência, garantindo que as futuras contratações com base na Ata reflitam os preços atualizados.
- d) **Repactuação por motivo extraordinário:** havendo previsão expressa no edital e neste Termo de Referência, e tratando-se de contrato de prestação de serviços com dedicação de mão de obra ou sujeito a sazonalidades de custos, poderá haver **repactuação** dos preços registrados, a pedido da Contratada ou de ofício pelo Contratante, nas condições definidas para a contratação.

7.3. Qualquer revisão de preços (seja por reajuste anual ou revisão extraordinária) deverá ser formalmente motivada e instruída no processo, com comprovação das variações de custos, e estará sujeita à aprovação da autoridade competente, bem como ao controle dos órgãos de auditoria e fiscalização.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A contratação correrá à conta de dotação orçamentária própria, prevista no orçamento vigente do órgão Contratante, com empenhos emitidos conforme a necessidade. A título de referência, indica-se a seguinte classificação orçamentária provável para a despesa:

I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde;

II) Fonte de Recursos: 1.500.1002000 – Recursos não vinculados de impostos – Ações e Serviços Públicos de Saúde;

III) Programa de Trabalho: 10.303.0035.20118 – Manutenção da Farmácia Municipal;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

V) Plano Interno: Não se aplica.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Entregar os medicamentos contendo as informações exigidas pela legislação sanitária vigente;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

10.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

10.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de fornecimento que fujam às especificações do edital e anexos.

10.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. A contratação poderá ser rescindida antes do término do prazo ou do cumprimento total das obrigações, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 138 e 139 da mesma Lei. Constituem motivos para a extinção antecipada, dentre outros:

- a) **Rescisão por inexecução ou inadimplência:** quando a Contratada der causa à inexecução total ou parcial do contrato, ou descumprir obrigações contratuais de forma grave, facultando ao Contratante a rescisão unilateral, nos termos do art. 137, incisos I a XVIII, da Lei 14.133/2021.
- b) **Rescisão por interesse público:** se ocorrer razão de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, superveniente à contratação, que torne o contrato inconveniente ou inoportuno, respeitando-se o direito da Contratada à indenização pelos investimentos já realizados e não amortizados, conforme art. 137, inciso XII.
- c) **Rescisão amigável:** por acordo entre as partes, formalizado por escrito, desde que haja conveniência para a Administração e seja assegurado o ressarcimento da Contratada pelos fornecimentos comprovadamente executados até a data da rescisão, na forma do art. 137, parágrafo único, combinado com o art. 138 da Lei 14.133/2021.
- d) **Rescisão judicial:** por determinação judicial, nos casos previstos em lei.

11.2. No caso de extinção antecipada, a Contratada será notificada formalmente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando a rescisão for motivada por inadimplemento desta. Deverá ser

elaborado o competente termo de rescisão ou distrato, assinado pelas partes (exceto na hipótese de rescisão unilateral), no qual constará, sempre que possível:

- a) Um balanço das atividades já executadas ou parcialmente executadas até a data da rescisão, com indicação de seu estado de conclusão;
- b) A relação dos pagamentos devidos pela Administração e/ou dos créditos a serem eventualmente restituídos pela Contratada (considerando adiantamentos ou pagamentos antecipados, se houver);
- c) A indicação de eventuais multas ou indenizações aplicáveis em razão da rescisão, calculadas nos termos contratuais e legais.

11.3. A rescisão contratual não impedirá a Administração de reconhecer direitos da Contratada, em especial quanto a eventuais desequilíbrios econômico-financeiros ocorridos durante a execução e não remedidos até então. Nesses casos, poderá ser emitido termo específico de reconhecimento de dívida ou indenização, observados os trâmites legais.

11.4. Continuidade do serviço: Em caso de rescisão, a Contratada obriga-se a garantir a continuidade dos fornecimentos até que a Administração providencie sua substituição, se solicitado pelo Contratante, pelo prazo máximo de 60 dias (salvo se a rescisão se der por motivo de infração grave cometida pela Contratada). Nesse período de transição, serão devidos à Contratada os pagamentos proporcionais, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis pelo motivo da rescisão.

11.5. Vedações de vinculação indevida: A alteração societária ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada **não** constituirá, por si só, motivo para rescisão contratual, desde que não afete a capacidade técnica ou a idoneidade financeira para cumprir o contrato. Se, contudo, tais mudanças acarretarem prejuízo à execução, o contrato poderá ser rescindido ou poderá ser exigida a prestação de garantias adicionais.

11.6. Havendo fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de sucessão empresarial que envolva a Contratada, o Contratante poderá, a seu critério, celebrar termo aditivo de alteração subjetiva, aceitando a empresa sucessora como parte do contrato, desde que sejam mantidas todas as condições de habilitação e execução.

11.7. A contratação poderá ser declarada extinta, ainda, se ficar evidenciado que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou servidor do órgão Contratante que tenha atuado no processo licitatório ou na gestão/fiscalização do contrato, ou com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, em afronta ao disposto no art. 7º, §3º, da Lei 14.133/2021. Nessas circunstâncias, configurado o conflito de interesses não declarado, o Contratante poderá rescindir o contrato por motivo de interesse público, sem prejuízo das sanções cabíveis aos envolvidos.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato; d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

12.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

12.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

12.6. Multa compensatória:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;
- b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;
- c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;

12.7. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

12.8. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

12.9. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

12.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.11. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.14. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.16. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos ou situações não previstas expressamente neste Termo de Referência serão resolvidos pelo Contratante, com base na legislação vigente, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021, nos

regulamentos federais, estaduais ou municipais aplicáveis e, subsidiariamente, conforme os princípios gerais dos contratos administrativos e do Direito.

13.2. No que couber, aplicar-se-ão também as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e do Código Civil, além dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários pertinentes, buscando-se a solução que melhor atenda ao interesse público e à finalidade da contratação.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações no contrato decorrente deste Termo de Referência obedecerão ao disposto nos arts. 124 a 128 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

14.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (para mais ou para menos), conforme prevê o art. 125, §1º, da Lei 14.133/2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo amigável entre as partes poderão exceder o referido limite de 25%, nos termos do art. 125, §2º, da Lei 14.133/2021, desde que ambas as partes concordem.

14.4. Qualquer modificação no objeto, prazos, valores ou outras cláusulas contratuais deverá ser formalizada por termo aditivo por escrito, precedido da justificativa pertinente e aprovado pela assessoria jurídica do Contratante, salvo no caso de mera atualização monetária de valores (reajuste anual) ou de outros ajustes automáticos previstos em lei, que poderão ser registrados por apostilamento.

14.5. Alterações contratuais que não importem em mudança de cláusulas (por exemplo, reajuste anual de preços conforme índice pactuado, atualização de dados cadastrais, designação de novo gestor/fiscal, etc.) poderão ser efetivadas por apostila (registro administrativo unilateral), dispensando a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Campo Verde-MT** para dirimir quaisquer litígios oriundos da execução do contrato decorrente desta licitação, que não puderem ser resolvidos administrativamente por meio de conciliação. Essa eleição de foro se faz em observância ao art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da possibilidade de utilização de meios alternativos de resolução de controvérsias previstos em lei. de meios alternativos de resolução de controvérsias previstos em lei.

Campo Verde/MT, 01 de maio de 2026.

EDNA QUEIROZ DA SILVA
Secretaria Municipal de Saúde



TAMARA ARIANE TELLINE
Fiscal

DAIANE CAMARGO FERREIRA
Responsável pela Elaboração

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA - DESCRITIVO DOS ITENS E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	50657	ACETILCISTEÍNA – CONCENTRAÇÃO 20 MG/ML. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. (NÃO SERÁ ACEITO SUPLEMENTO ALIMENTAR)	CATMAT270558	UND	3000	R\$ 16,86	R\$ 50.580,00
2	50658	ACETILCISTEÍNA – CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. (NÃO SERÁ ACEITO SUPLEMENTO ALIMENTAR)	CATMAT355786	UND	3000	R\$ 16,83	R\$ 50.490,00
3	43791	ACICLOVIR – CONCENTRAÇÃO 200 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	CATMAT268370	UND	12000	R\$ 1,32	R\$ 15.840,00
4	2268	ACICLOVIR – CONCENTRAÇÃO 50 MG/G. CREME. BISNAGA COM 10 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT268375	UND	500	R\$ 10,47	R\$ 5.235,00
5	43792	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267502	UND	300000	R\$ 0,27	R\$ 81.000,00
6	2285	ÁCIDO ASCÓRBICO – CONCENTRAÇÃO 100 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT271687	UND	8000	R\$ 4,16	R\$ 33.280,00
7	2290	ÁCIDO FÓLICO – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267503	UND	80000	R\$ 0,66	R\$ 52.800,00

8	52941	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS + RETINOL + RACEALFATOCOFEROL – LOÇÃO OLEOSA. FRASCO COM 200 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA. USO EM FERIMENTOS.	CATMAT281657	UND	1000	R\$ 14,01	R\$ 14.010,00
9	2302	ACIDO TRANEXÂMICO – CONCENTRAÇÃO 250 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT278338	UND	10000	R\$ 3,77	R\$ 37.700,00
10	35274	ÁCIDO VALPRÓICO – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT328532	UND	90000	R\$ 1,58	R\$ 142.200,00
11	2324	ÁCIDO VALPRÓICO – VALPROATO DE SÓDIO – CONCENTRAÇÃO 250 MG. CÁPSULA GELATINOSA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT328530	UND	70000	R\$ 0,98	R\$ 68.600,00
12	51501	ÁGUA PARA INJEÇÃO – SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA DE 10 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT315056	UND	2000	R\$ 1,17	R\$ 2.340,00
13	3016	ALBENDAZOL – CONCENTRAÇÃO 400 MG. COMPRIMIDO MASTIGÁVEL. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267506	UND	30000	R\$ 3,15	R\$ 94.500,00
14	3014	ALBENDAZOL – CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 10 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267507	UND	10000	R\$ 6,59	R\$ 65.900,00
15	47550	ALCACHOFRA (EXTRATO SECO DE CYNARA SCOLYMUS) – CONCENTRAÇÃO 300 MG. CÁPSULA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT395618	UND	15000	R\$ 0,96	R\$ 14.400,00



16	3094	ALENDRONATO DE SÓDIO – CONCENTRAÇÃO 70 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT269462	UND	20000	R\$ 3,50	R\$ 70.000,00
17	3294	ALOPURINOL – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267508	UND	90000	R\$ 0,27	R\$ 24.300,00
18	3296	ALOPURINOL – CONCENTRAÇÃO 300 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267509	UND	40000	R\$ 0,59	R\$ 23.600,00
19	3303	ALPRAZOLAM – CONCENTRAÇÃO 0,5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271357	UND	8000	R\$ 3,60	R\$ 28.800,00
20	3370	AMBROXOL, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 3 MG/ML. XAROPE. FRASCO DE 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT446264	UND	2500	R\$ 13,91	R\$ 34.775,00
21	3369	AMBROXOL, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 6 MG/ML. XAROPE. FRASCO DE 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT446263	UND	2500	R\$ 12,32	R\$ 30.800,00
22	3396	AMICACINA, SULFATO – CONCENTRAÇÃO 250 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA DE 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268381	UND	500	R\$ 9,48	R\$ 4.740,00
23	49737	AMIODARONA, CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CATMAT267510	UND	22000	R\$ 9,96	R\$ 219.120,00



24	9380	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267512	UND	400000	R\$ 0,40	R\$ 160.000,00
25	3502	AMOXICILINA – CONCENTRAÇÃO 250 MG/5 ML. PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 60 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271090	UND	3000	R\$ 14,31	R\$ 42.930,00
26	3509	AMOXICILINA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. CÁPSULA OU COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271089	UND	85000	R\$ 0,81	R\$ 68.850,00
27	3500	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML, RESPECTIVAMENTE. PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 75 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT448841	UND	3000	R\$ 21,40	R\$ 64.200,00
28	50667	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO – CONCENTRAÇÃO 500 MG + 125 MG, RESPECTIVAMENTE. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271217	UND	80000	R\$ 2,89	R\$ 231.200,00
29	3941	ANLODIPINO, BESILATO – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272434	UND	240000	R\$ 0,18	R\$ 43.200,00
30	51498	ANLODIPINO, BESILATO - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT268896	UND	120000	R\$ 0,31	R\$ 37.200,00



31	46572	ATENOLOL CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267516	UND	150000	R\$ 2,89	R\$ 433.500,00
32	40319	ATENOLOL CONCENTRAÇÃO 50 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267517	UND	150000	R\$ 0,25	R\$ 37.500,00
33	47542	AZITROMICINA CONCENTRAÇÃO 200 MG/5 ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 15 ML (APÓS RECONSTITUIÇÃO). VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268946	UND	5000	R\$ 11,55	R\$ 57.750,00
34	40329	AZITROMICINA CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267140	UND	20000	R\$ 3,28	R\$ 65.600,00
35	40339	BACLOFENO CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271746	UND	26000	R\$ 1,27	R\$ 33.020,00
36	52944	BENZILPENICILINA BENZATINA CONCENTRAÇÃO 1.200.000 UI. PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL. FRASCO- AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	CATMAT270612	UND	5000	R\$ 17,29	R\$ 86.450,00
37	40490	BIPERIDENO CONCENTRAÇÃO 2 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT270140	UND	40000	R\$ 0,89	R\$ 35.600,00
38	4429	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO OU DRAGEA,	CATMAT267283	UND	7000	R\$ 1,33	R\$ 9.310,00



		VIA DE ADMINISTRACAO ORAL					
39	4440	BROMOPRIDA – CONCENTRAÇÃO 4 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 10 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT269954	UND	3000	R\$ 8,02	R\$ 24.060,00
40	45645	BUDESONIDA – CONCENTRAÇÃO 32 MCG. SUSPENSÃO NASAL. FRASCO COM 120 DOSES. VIA DE ADMINISTRAÇÃO NASAL.	CATMAT266706	UND	500	R\$ 20,68	R\$ 10.340,00
41	45647	BUDESONIDA – CONCENTRAÇÃO 64 MCG/DOSE. SUSPENSÃO NASAL. FRASCO COM 120 DOSES. VIA DE ADMINISTRAÇÃO NASAL.	CATMAT266707	UND	600	R\$ 57,61	R\$ 34.566,00
42	40588	BUPROPIONA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 150 MG. COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268994	UND	90000	R\$ 1,02	R\$ 91.800,00
43	7285	CAPTOPRIL – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267613	UND	150000	R\$ 0,14	R\$ 21.000,00
44	7295	CARBAMAZEPINA – CONCENTRAÇÃO 200 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267618	UND	120000	R\$ 0,62	R\$ 74.400,00
45	43794	CARBAMAZEPINA – CONCENTRAÇÃO 20 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272454	UND	1200	R\$ 10,77	R\$ 12.924,00
46	7311	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL – CONCENTRAÇÃO 500 MG + 400 UI, RESPECTIVAMENTE.	CATMAT270895	UND	250000	R\$ 0,63	R\$ 157.500,00



		COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
47	7321	CARBONATO DE LÍCIO – CONCENTRAÇÃO 300 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267621	UND	90000	R\$ 0,59	R\$ 53.100,00
48	7839	CARVEDILOL – CONCENTRAÇÃO 12,5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267564	UND	40000	R\$ 1,47	R\$ 58.800,00
49	45649	CARVEDILOL – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267567	UND	40000	R\$ 1,95	R\$ 78.000,00
50	7842	CARVEDILOL – CONCENTRAÇÃO 3,125 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267566	UND	30000	R\$ 3,94	R\$ 118.200,00
51	7841	CARVEDILOL – CONCENTRAÇÃO 6,25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267565	UND	30000	R\$ 5,20	R\$ 156.000,00
52	8061	CEFALEXINA – CONCENTRAÇÃO 250 MG/5 ML. PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 60 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267625	UND	1800	R\$ 9,15	R\$ 16.470,00
53	8064	CEFALEXINA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267625	UND	90000	R\$ 1,20	R\$ 108.000,00
54	51511	CEFEPIMA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 2 G. PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT339848	UND	500	R\$ 19,43	R\$ 9.715,00
55	52945	CEFTRIAXONA DISSÓDICA – CONCENTRAÇÃO 1 G. PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	CATMAT450890	UND	3000	R\$ 18,25	R\$ 54.750,00



		FRASCO-AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.					
56	8085	CEFTRIAXONA DISSÓDICA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	CATMAT442703	UND	2000	R\$ 20,99	R\$ 41.980,00
57	8225	CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CATMAT267151	UND	5000	R\$ 0,74	R\$ 3.700,00
58	51503	CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA 30 GRAMAS,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	CATMAT308736	UND	1000	R\$ 11,20	R\$ 11.200,00
59	49738	CETOCONAZOL – CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA XAMPU, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA, FRASCO 100 ML.	CATMAT271103	UND	1000	R\$ 14,54	R\$ 14.540,00
60	9062	CIMETIDINA – CONCENTRAÇÃO 150 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA PARENTERAL.	CATMAT267627	UND	500	R\$ 3,03	R\$ 1.515,00
61	9066	CINARIZINA – CONCENTRAÇÃO 75 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267629	UND	30000	R\$ 0,68	R\$ 20.400,00



62	9140	CIPROFLOXACINO 400 MG, SOLUCAO PARA INFUSAO, APRESENTACAO BOLSA, VIA ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CATMAT292418	UND	300	R\$ 26,58	R\$ 7.974,00
63	9147	CIPROFLOXACINO – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRACÃO ORAL.	CATMAT267632	UND	60000	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00
64	9167	CITALOPRAM – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRACÃO ORAL.	CATMAT272903	UND	10000	R\$ 0,45	R\$ 4.500,00
65	45666	CLARITROMICINA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRACÃO ORAL.	CATMAT268439	UND	80000	R\$ 7,21	R\$ 576.800,00
66	52938	CLINDAMICINA – CONCENTRAÇÃO 150 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 4 ML. VIA DE ADMINISTRACÃO PARENTERAL.	CATMAT292419	UND	400	R\$ 8,80	R\$ 3.520,00
67	9299	CLONAZEPAM – CONCENTRAÇÃO 2,5 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 20 ML. VIA DE ADMINISTRACÃO ORAL	CATMAT270120	UND	2000	R\$ 6,67	R\$ 13.340,00
68	9297	CLONAZEPAM – CONCENTRAÇÃO 2 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRACÃO ORAL.	CATMAT270119	UND	70000	R\$ 1,46	R\$ 102.200,00
69	52943	AMIODARONA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA DE 3 ML. VIA DE ADMINISTRACÃO INTRAVENOSA.	CATMAT271710	UND	500	R\$ 5,53	R\$ 2.765,00
70	9403	CLORPROMAZINA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 100 MG.	CATMAT267638	UND	40000	R\$ 0,78	R\$ 31.200,00



		COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL					
71	49739	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO / DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267635	UND	30000	R\$ 1,31	R\$ 39.300,00
72	52952	COLAGENASE + CLORANFENICOL – CONCENTRAÇÃO 0,6 UI/G + 0,01 G/G, RESPECTIVAMENTE. POMADA. BISNAGA COM 30 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT270495	UND	500	R\$ 23,75	R\$ 11.875,00
73	50668	COLECALCIFEROL – CONCENTRAÇÃO/ DOSAGEM 200 UI/GT, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO DE 20ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CATMAT431098	UND	10000	R\$ 17,59	R\$ 175.900,00
74	12470	DEXAMETASONA, ACETATO DE – CONCENTRAÇÃO 0,1%. CREME. BISNAGA COM 10 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA	CATMAT267643	UND	4000	R\$ 2,88	R\$ 11.520,00
75	12466	DEXAMETASONA – CONCENTRAÇÃO 1 MG/ML. SUSPENSÃO OFTÁLMICA. FRASCO COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO OFTÁLMICA.	CATMAT444337	UND	500	R\$ 14,82	R\$ 7.410,00
76	2242	DEXAMETASONA – CONCENTRAÇÃO 4 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA COM 2,5	CATMAT292427	UND	6000	R\$ 3,32	R\$ 19.920,00



		ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.					
77	52946	DEXAMETASONA + TIAMINA + PIRIDOXINA + CIANOCOBALAMINA - DOSAGEM 4 MG/ML - INJETAVEL, 100 MG/2ML + 100/2ML + 5000 MCG/2 ML - APRESENTACAO AMPOLAS 1 ML + 2 ML VIA INTRAMUSCULAR	CATMAT272334	UND	10000	R\$ 14,32	R\$ 143.200,00
78	12482	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO – CONCENTRAÇÃO 0,4 MG/ML. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT298454	UND	5000	R\$ 3,65	R\$ 18.250,00
79	24693	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO – CONCENTRAÇÃO 2 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267645	UND	30000	R\$ 0,33	R\$ 9.900,00
80	12524	DIAZEPAM – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267197	UND	20000	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
81	52949	DIAZEPAM – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT267194	UND	600	R\$ 5,00	R\$ 3.000,00
82	52950	DICLOFENACO SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 25 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 3 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR	CATMAT271003	UND	5000	R\$ 4,07	R\$ 20.350,00
83	12583	DIGOXINA – CONCENTRAÇÃO 0,25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	CATMAT267647	UND	20000	R\$ 3,56	R\$ 71.200,00



84	50660	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE +FRUTOSE (3MG+5MG+ 100MG+100MG)/ML, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10ML, VIA DE ADMINISTRACAO ENDOVENOSO.	CATMAT272336	UND	4000	R\$ 11,17	R\$ 44.680,00
85	12621	DINITRATO DE ISOSSORBIDA – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO DE DESINTEGRAÇÃO ORAL. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273395	UND	20000	R\$ 0,47	R\$ 9.400,00
86	12655	DIPIRONA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267203	UND	250000	R\$ 0,33	R\$ 82.500,00
87	12654	DIPIRONA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 500 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 20 ML E CONTA-GOTAS. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267205	UND	10000	R\$ 3,45	R\$ 34.500,00
88	12660	DIPIRONA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 500 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268252	UND	10000	R\$ 2,96	R\$ 29.600,00
89	12667	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML + 2 MG/ML, RESPECTIVAMENTE. SUSPENSÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRA-	CATMAT270597	UND	6000	R\$ 9,12	R\$ 54.720,00



		ARTICULAR, PERIARTICULAR, INTRABÚRSICA, INTRADÉRMICA, INTRALESIONAL E EM TECIDOS MOLES.					
90	24774	DOXAZOSINA, MESILATO – CONCENTRAÇÃO 2 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268493	UND	200000	R\$ 1,35	R\$ 270.000,00
91	13071	DOXICICLINA – CONCENTRAÇÃO 100 MG. CÁPSULA OU COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271036	UND	10000	R\$ 4,71	R\$ 47.100,00
92	13883	ENALAPRIL – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267651	UND	170000	R\$ 2,05	R\$ 348.500,00
93	13888	ENALAPRIL – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267652	UND	350000	R\$ 0,33	R\$ 115.500,00
94	13892	ENALAPRIL – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267650	UND	100000	R\$ 0,45	R\$ 45.000,00
95	52951	EPINEFRINA – CONCENTRAÇÃO 1 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268255	UND	600	R\$ 3,22	R\$ 1.932,00
96	52942	ESCITALOPRAM, OXALATO – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT291771	UND	10000	R\$ 0,56	R\$ 5.600,00
97	43803	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO – CONCENTRAÇÃO 20 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	CATMAT267283	UND	1500	R\$ 2,17	R\$ 3.255,00



		AMPOLA COM 1 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.					
98	14303	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 4 MG/ML + 500 MG/ML, RESPECTIVAMENTE. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT270620	UND	1600	R\$ 3,58	R\$ 5.728,00
99	14621	ESPIRONOLACTONA – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267653	UND	130000	R\$ 0,61	R\$ 79.300,00
100	45656	ESTRIOL – CONCENTRAÇÃO 1 MG/G. CREME VAGINAL. BISNAGA COM 50 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO VAGINAL.	CATMAT267208	UND	600	R\$ 22,74	R\$ 13.644,00
101	25003	MIKANIA GLOMERATA + GUACO – CONCENTRAÇÃO 5%. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT395631	UND	2000	R\$ 9,64	R\$ 19.280,00
102	15515	FENITOINA – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT267107	UND	400	R\$ 5,14	R\$ 2.056,00
103	51500	FENITOINA SODICA CONCENTRACAO /DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL.	CATMAT267657	UND	40000	R\$ 1,12	R\$ 44.800,00
104	15529	FENOBARBITAL – CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO	CATMAT300723	UND	500	R\$ 7,85	R\$ 3.925,00

		COM 20 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
105	15528	FENOBARBITAL SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267660	UND	65000	R\$ 0,38	R\$ 24.700,00
106	16605	FINASTERIDA – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT275963	UND	100000	R\$ 1,11	R\$ 111.000,00
107	17318	FLUCONAZOL – CONCENTRAÇÃO 150 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267662	UND	18000	R\$ 1,13	R\$ 20.340,00
108	17321	FLUCONAZOL 2 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA OU FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CATMAT271116	UND	300	R\$ 15,14	R\$ 4.542,00
109	17356	FLUOXETINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 20 MG. CÁPSULA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273009	UND	300000	R\$ 1,81	R\$ 543.000,00
110	43804	FUROSEMIDA – CONCENTRAÇÃO 10 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	CATMAT267666	UND	500	R\$ 1,57	R\$ 785,00
111	17870	FUROSEMIDA – CONCENTRAÇÃO 40 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267663	UND	120000	R\$ 0,28	R\$ 33.600,00
112	18254	GENTAMICINA SULFATO – CONCENTRAÇÃO 80 MG. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT269759	UND	400	R\$ 2,58	R\$ 1.032,00
113	18319	GLIBENCLAMIDA – CONCENTRAÇÃO 5 MG.	CATMAT267671	UND	170000	R\$ 0,14	R\$ 23.800,00



		COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
114	47063	GLICLAZIDA – CONCENTRAÇÃO 30 MG. COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT442754	UND	500000	R\$ 1,07	R\$ 535.000,00
115	18350	GLICOSE – CONCENTRAÇÃO 25%. INJETÁVEL. AMPOLA COM 10 ML. VIA INTRAVENOSA.	CATMAT267540	UND	1000	R\$ 1,88	R\$ 1.880,00
116	18336	GLICOSE – CONCENTRAÇÃO 50%. INJETÁVEL. AMPOLA COM 10 ML. VIA INTRAVENOSA.	CATMAT267541	UND	1000	R\$ 1,48	R\$ 1.480,00
117	18914	HALOPERIDOL – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT292196	UND	500	R\$ 3,66	R\$ 1.830,00
118	51504	HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT267669	UND	30000	R\$ 0,32	R\$ 9.600,00
119	12196	HALOPERIDOL DECANOATO – CONCENTRAÇÃO 70,52 MG/ML. INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML. VIA INTRAMUSCULAR.	CATMAT292194	UND	1200	R\$ 15,09	R\$ 18.108,00
120	52940	HIDROCLOROTIAZIDA – CONCENTRACAO /DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT267674	UND	600000	R\$ 0,27	R\$ 162.000,00
121	19101	HIDROCORTISONA – CONCENTRAÇÃO 10 MG/G. CREME. BISNAGA COM 20 G.	CATMAT345241	UND	1800	R\$ 13,87	R\$ 24.966,00

		VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.					
122	19103	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 100 MG. PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO- AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT342135	UND	800	R\$ 6,04	R\$ 4.832,00
123	19109	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 500 MG. PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO- AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT342134	UND	1200	R\$ 9,79	R\$ 11.748,00
124	7987	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG/ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO 100 ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CATMAT340783	UND	5000	R\$ 5,26	R\$ 26.300,00
125	50662	HIDROXIDO FERRICO, SACARATO- CONCENTRACAO/ DOSAGEM 100MG, FORMA FARMACEUTICA AMPOLA DE 5ML, VIA DE ADMINISTRACAO INJETAVEL/ USO ENDOVENOSO ADULTO E PEDIATRICO	CATMAT267625	UND	4000	R\$ 20,28	R\$ 81.120,00
126	41665	IBUPROFENO – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 30 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT294643	UND	5000	R\$ 6,48	R\$ 32.400,00
127	19236	IBUPROFENO – CONCENTRAÇÃO 600 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267676	UND	100000	R\$ 0,82	R\$ 82.000,00



128	50663	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 300MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO/ COMPRIMIDO/ CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CATMAT267677	UND	20000	R\$ 0,47	R\$ 9.400,00
129	19621	IPRATRÓPIO, BROMETO - CONCENTRAÇÃO 0,25 MG/ML. SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. FRASCO COM 20 ML. VIA INALATÓRIA.	CATMAT268331	UND	1000	R\$ 3,23	R\$ 3.230,00
130	19635	ISOFLAVONA - CONCENTRAÇÃO 150 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO DE EXTRATO HIDROALCOÓLICO SECO DAS SEMENTES DE GLYCINE MAX.	CATMAT395620	UND	90000	R\$ 2,87	R\$ 258.300,00
131	19672	ISOSSORBIDA, MONONITRATO - CONCENTRAÇÃO 20 MG. CÁPSULA OU COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273400	UND	20000	R\$ 0,51	R\$ 10.200,00
132	45659	IVERMECTINA - CONCENTRAÇÃO 6 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT376767	UND	5000	R\$ 2,61	R\$ 13.050,00
133	45660	LACTULOSE - CONCENTRAÇÃO 667 MG/ML. XAROPE. FRASCO COM 120 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT383750	UND	2000	R\$ 9,69	R\$ 19.380,00
134	43807	LEVODOPA + BENSERAZIDA - CONCENTRAÇÃO 200 MG + 50 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT270126	UND	25000	R\$ 4,14	R\$ 103.500,00
135	22530	LEVODOPA + BENSERAZIDA - CONCENTRAÇÃO 100 MG + 25 MG. COMPRIMIDO	CATMAT433280	UND	20000	R\$ 1,90	R\$ 38.000,00

		DISPERSÍVEL. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
136	22536	LEVOFLOXACINO – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT305270	UND	8000	R\$ 2,72	R\$ 21.760,00
137	22540	LEVOFLOXACINO – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. BOLSA OU FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT332985	UND	300	R\$ 15,21	R\$ 4.563,00
138	45661	LEVOTIROXINA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 100 MCG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268125	UND	100000	R\$ 0,81	R\$ 81.000,00
139	47547	LEVOTIROXINA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 12,5 MCG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT465154	UND	20000	R\$ 0,63	R\$ 12.600,00
140	22550	LEVOTIROXINA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 25 MCG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268124	UND	150000	R\$ 0,47	R\$ 70.500,00
141	22551	LEVOTIROXINA SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 50 MCG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268123	UND	160000	R\$ 0,59	R\$ 94.400,00
142	52947	LIDOCAÍNA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 100 MG/ML. SOLUÇÃO TÓPICA. FRASCO SPRAY COM 50 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT269845	UND	200	R\$ 96,55	R\$ 19.310,00
143	52935	LIDOCAÍNA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 20 MG/G. GEL. BISNAGA COM 30 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT269846	UND	5000	R\$ 10,40	R\$ 52.000,00
144	43806	LIDOCAÍNA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 2% (SEM VASOCONSTRITOR).	CATMAT269843	UND	2000	R\$ 8,73	R\$ 17.460,00

		INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA COM 20 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.					
145	23192	LORATADINA – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273466	UND	45000	R\$ 1,85	R\$ 83.250,00
146	23197	LORATADINA – CONCENTRAÇÃO 1 MG/ML. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273467	UND	8000	R\$ 4,86	R\$ 38.880,00
147	23201	LOSARTANA POTÁSSICA – CONCENTRAÇÃO 50 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268856	UND	900000	R\$ 1,40	R\$ 1.260.000,00
148	24762	MEROPENEM – CONCENTRAÇÃO 1 G. PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268488	UND	600	R\$ 27,21	R\$ 16.326,00
149	24788	METFORMINA – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267690	UND	350000	R\$ 0,30	R\$ 105.000,00
150	41662	METFORMINA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 850 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267691	UND	600000	R\$ 0,32	R\$ 192.000,00
151	24799	METILDOPA – CONCENTRAÇÃO 250 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267689	UND	30000	R\$ 2,99	R\$ 89.700,00
152	24830	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG (COMPRIMIDO)	CATMAT267312	UND	35000	R\$ 0,31	R\$ 10.850,00



153	45664	METOPROLOL SUCCINATO – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT276658	UND	20000	R\$ 2,19	R\$ 43.800,00
154	24834	METOPROLOL SUCCINATO – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT276656	UND	96000	R\$ 1,11	R\$ 106.560,00
155	51035	METOPROLOL, SUCCINATO- CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA VIA D ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT276657	UND	90000	R\$ 1,41	R\$ 126.900,00
156	43810	METRONIDAZOL – CONCENTRAÇÃO 100 MG/G. GELÉIA. BISNAGA COM 50 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO VAGINAL.	CATMAT271355	UND	1500	R\$ 9,10	R\$ 13.650,00
157	24858	METRONIDAZOL – CONCENTRAÇÃO 400 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268499	UND	15000	R\$ 0,71	R\$ 10.650,00
158	24864	METRONIDAZOL – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. INJETÁVEL. BOLSA PLÁSTICA COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268498	UND	300	R\$ 9,46	R\$ 2.838,00
159	51502	METRONIDAZOL – CONCENTRACAO /DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT267717	UND	30000	R\$ 0,35	R\$ 10.500,00
160	25996	MICONAZOL NITRATO – CONCENTRAÇÃO 20 MG/G. CREME VAGINAL. BISNAGA	CATMAT268286	UND	3000	R\$ 11,60	R\$ 34.800,00



		COM 80 MG + APLICADOR. VIA DE ADMINISTRAÇÃO VAGINAL.					
161	41203	MORFINA, SULFATO – CONCENTRAÇÃO 30 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271391	UND	3000	R\$ 3,35	R\$ 10.050,00
162	50664	NAPROXENO – CONCENTRACAO/ DOSAGEM 550MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO/ COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINSTRACAO ORAL	CATMAT273705	UND	40000	R\$ 2,59	R\$ 103.600,00
163	41204	NEOMICINA, SULFATO + BACITRACINA – CONCENTRAÇÃO 5 MG/G + 250 UI/G. POMADA. BISNAGA COM 15 G. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA	CATMAT273167	UND	2000	R\$ 5,29	R\$ 10.580,00
164	25918	NIFEDIPINO – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267728	UND	30000	R\$ 0,66	R\$ 19.800,00
165	25919	NIFEDIPINO – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267729	UND	80000	R\$ 0,43	R\$ 34.400,00
166	25929	NIMESULIDA – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273710	UND	40000	R\$ 1,02	R\$ 40.800,00
167	25932	NIMESULIDA – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 15 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273711	UND	700	R\$ 3,67	R\$ 2.569,00
168	25981	NISTATINA – CONCENTRAÇÃO 100.000 UI/ML. SUSPENSÃO ORAL.	CATMAT267378	UND	1000	R\$ 7,89	R\$ 7.890,00

		FRASCO COM 30 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
169	25982	NISTATINA – CONCENTRAÇÃO 25.000 UI/G. CREME VAGINAL. BISNAGA COM 60 G + APLICADOR	CATMAT266788	UND	2000	R\$ 9,77	R\$ 19.540,00
170	51499	NITROFURANTOINA – CONCENTRACAO/ DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT268273	UND	40000	R\$ 1,67	R\$ 66.800,00
171	26031	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 10 MG. CÁPSULA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271609	UND	8000	R\$ 1,59	R\$ 12.720,00
172	42597	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 25 MG. CÁPSULA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271606	UND	20000	R\$ 0,70	R\$ 14.000,00
173	26144	OLANZAPINA – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271621	UND	40000	R\$ 1,89	R\$ 75.600,00
174	26146	OLANZAPINA – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT271620	UND	30000	R\$ 1,47	R\$ 44.100,00
175	26325	ÓLEO MINERAL – CONCENTRAÇÃO 1 ML/ML. ÓLEO. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT431301	UND	1000	R\$ 6,89	R\$ 6.890,00
176	26455	OMEPRAZOL – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267712	UND	260000	R\$ 1,86	R\$ 483.600,00
177	26457	OMEPRAZOL – CONCENTRAÇÃO 40 MG. PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO	CATMAT268160	UND	1000	R\$ 14,80	R\$ 14.800,00



		INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA COM DILUENTE. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.					
178	45652	ONDANSETRONA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 4 MG. COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT419016	UND	50000	R\$ 1,84	R\$ 92.000,00
179	49741	ONDANSETRONA, CLORIDRATO CONCENTRACAO/ DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 2 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268504	UND	5000	R\$ 2,82	R\$ 14.100,00
180	20167	ESCITALOPRAM, OXALATO – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT480856	UND	15000	R\$ 0,73	R\$ 10.950,00
181	9449	OXIBUTININA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	CATMAT272327	UND	30000	R\$ 1,85	R\$ 55.500,00
182	27624	PARACETAMOL – CONCENTRAÇÃO 200 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO GOTAS COM 15 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267777	UND	5000	R\$ 5,08	R\$ 25.400,00
183	27627	PARACETAMOL – CONCENTRAÇÃO 500 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267778	UND	80000	R\$ 0,31	R\$ 24.800,00
184	27626	PARACETAMOL + CODEÍNA FOSFATO – CONCENTRAÇÃO 500 MG + 30 MG,	CATMAT270907	UND	15000	R\$ 2,04	R\$ 30.600,00

		RESPECTIVAMENTE. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
185	28434	PAROXETINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT273940	UND	10000	R\$ 0,72	R\$ 7.200,00
186	29124	PERMANGANATO DE POTÁSSIO – CONCENTRAÇÃO 100 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT327699	UND	3000	R\$ 0,41	R\$ 1.230,00
187	29130	PERMETRINA – CONCENTRAÇÃO 10 MG/ML. LOÇÃO. FRASCO COM 60 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT267773	UND	1000	R\$ 5,32	R\$ 5.320,00
188	29131	PERMETRINA – CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. LOÇÃO. FRASCO COM 60 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT363597	UND	1000	R\$ 4,08	R\$ 4.080,00
189	47545	PIPERACILINA SÓDICA + TAZOBACTAM SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 4 G + 500 MG, RESPECTIVAMENTE. PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO- AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	CATMAT271725	UND	500	R\$ 34,92	R\$ 17.460,00
190	47552	POLICRESULENO – CONCENTRAÇÃO 360 MG/ML. SOLUÇÃO CONCENTRADA. FRASCO COM 12 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA OU VAGINAL.	CATMAT313592	UND	500	R\$ 41,55	R\$ 20.775,00
191	43813	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO – CONCENTRAÇÃO 3 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL.	CATMAT448595	UND	5000	R\$ 7,78	R\$ 38.900,00

		FRASCO COM 60 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
192	40733	PREDNISONA – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267743	UND	50000	R\$ 1,97	R\$ 98.500,00
193	51043	PREDNISONA – CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267741	UND	25000	R\$ 0,71	R\$ 17.750,00
194	40762	PROMETAZINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 25 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267769	UND	40000	R\$ 0,41	R\$ 16.400,00
195	9365	PROMETAZINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 25 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 2 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT267768	UND	500	R\$ 5,18	R\$ 2.590,00
196	46044	PROPAFENONA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 300 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272412	UND	30000	R\$ 1,67	R\$ 50.100,00
197	40765	PROPRANOLOL, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 40 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267772	UND	120000	R\$ 0,17	R\$ 20.400,00
198	9406	RIFAMICINA SV SÓDICA – CONCENTRAÇÃO 10 MG/ML. SOLUÇÃO. FRASCO COM 20 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	CATMAT271140	UND	1000	R\$ 9,31	R\$ 9.310,00
199	40946	RISPERIDONA – CONCENTRAÇÃO 1 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272839	UND	20000	R\$ 3,01	R\$ 60.200,00
200	19178	RISPERIDONA – CONCENTRAÇÃO 1 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO	CATMAT284106	UND	1000	R\$ 15,23	R\$ 15.230,00

		COM 30 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
201	40948	RISPERIDONA – CONCENTRAÇÃO 2 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT268149	UND	30000	R\$ 0,76	R\$ 22.800,00
202	47696	SALBUTAMOL, SULFATO – CONCENTRAÇÃO 100 MCG. AEROSOL. FRASCO SPRAY COM 200 DOSES. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INALATÓRIA	CATMAT294887	UND	5000	R\$ 18,56	R\$ 92.800,00
203	46521	SALBUTAMOL, SULFATO – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO. FRASCO COM 10 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO INALATÓRIA.	CATMAT268303	UND	800	R\$ 16,55	R\$ 13.240,00
204	56016	SEMENTES DE MOSTARDA (BRASSICA NIGRA) PARA AURICULOTERAPIA, NATURAIS E DESIDRATADAS, FIXADAS EM FITA MICROPORE HIPOALERGÊNICA, DESTINADAS À ESTIMULAÇÃO DE PONTOS AURICULARES EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE. CARTELA/PLACA CONTENDO ATE 70 UNIDADES.	CATMAT370624	UND	50	R\$ 7,72	R\$ 386,00
205	41098	SERTRALINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 50 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	CATMAT272365	UND	80000	R\$ 0,91	R\$ 72.800,00
206	46553	SIMETICONA – CONCENTRAÇÃO 75 MG/ML. EMULSÃO ORAL. FRASCO	CATMAT412965	UND	5000	R\$ 3,66	R\$ 18.300,00



		COM 15 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
207	41114	SINVASTATINA – CONCENTRAÇÃO 20 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	CATMAT267747	UND	280000	R\$ 1,15	R\$ 322.000,00
208	45663	SINVASTATINA – CONCENTRAÇÃO 40 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT267745	UND	220000	R\$ 0,43	R\$ 94.600,00
209	43534	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL – CONCENTRAÇÃO 27,9 G. PÓ. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272089	UND	40000	R\$ 1,40	R\$ 56.000,00
210	49742	SULFADIAZINA DE PRATA – CONCENTRACAO /DOSAGEM DE 1%, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO EM BISNAGA 30 GRAMAS, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA	CATMAT272089	UND	800	R\$ 8,22	R\$ 6.576,00
211	51506	SULFADIAZINA DE PRATA – CONCENTRACAO /DOSAGEM DE 1%, FORMA FARMACEUTICA CREME- FORMA DE APRESENTACAO EM POTE DE 400 GRAMA-VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA	CATMAT272089	UND	300	R\$ 51,05	R\$ 15.315,00
212	41198	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA – CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML + 8 MG/ML, RESPECTIVAMENTE. SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 50 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT308884	UND	500	R\$ 6,26	R\$ 3.130,00
213	41200	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA – CONCENTRAÇÃO 400 MG + 80 MG, RESPECTIVAMENTE.	CATMAT308882	UND	20000	R\$ 1,90	R\$ 38.000,00



		COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.					
214	12472	SULFATO DE POLIMIXINA B + SULFATO DE NEOMICINA + FLUOCINOLONA ACETONIDA + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA – CONCENTRAÇÃO 10.000 UI/ML + 3,500 MG/ML + 0,250 MG/ML + 20 MG/ML, RESPECTIVAMENTE. SOLUÇÃO OTOLÓGICA. FRASCO COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO OTOLÓGICA.	CATMAT270229	UND	1000	R\$ 7,42	R\$ 7.420,00
215	11748	SULFATO DE ZINCO – CONCENTRAÇÃO 4 MG/ML. SOLUÇÃO. XAROPE – FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT433249	UND	300	R\$ 12,37	R\$ 3.711,00
216	47066	SULFATO FERROSO – CONCENTRAÇÃO 25 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL. FRASCO COM 30 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT292345	UND	2000	R\$ 2,49	R\$ 4.980,00
217	41209	SULFATO FERROSO – CONCENTRAÇÃO EQUIVALENTE A 40 MG DE FERRO ELEMENTAR. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT292344	UND	160000	R\$ 0,16	R\$ 25.600,00
218	33257	TIAMINA CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 300 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT 72341	UND	40000	R\$ 0,75	R\$ 30.000,00
219	4101	TIMOLOL MALEATO – CONCENTRAÇÃO 5 MG/ML. SOLUÇÃO OFTÁLMICA. FRASCO COM 5 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO OFTÁLMICA.	CATMAT272581	UND	200	R\$ 7,64	R\$ 1.528,00



220	50666	TOBRAMICINA - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 3MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO OFTALMICA, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTA, VIA DE ADMINISTRACAO	CATMAT271581	UND	500	R\$ 9,82	R\$ 4.910,00
221	34046	TOPIRAMATO - CONCENTRAÇÃO 50 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272850	UND	80000	R\$ 1,14	R\$ 91.200,00
222	52937	TRAMADOL CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO 50 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT292382	UND	3000	R\$ 2,90	R\$ 8.700,00
223	50669	TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 50 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CATMAT268534	UND	20000	R\$ 1,66	R\$ 33.200,00
224	53723	VALPROATO DE SÓDIO - CONCENTRAÇÃO 250 MG/5 ML. XAROPE. FRASCO COM 100 ML. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT328529	UND	2000	R\$ 9,01	R\$ 18.020,00
225	35575	VANCOMICINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO 500 MG. PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO-AMPOLA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	CATMAT268540	UND	1000	R\$ 11,38	R\$ 11.380,00
226	35622	VARFARINA SÓDICA - CONCENTRAÇÃO 5 MG. COMPRIMIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT279269	UND	12000	R\$ 0,50	R\$ 6.000,00



227	35832	VENLAFAXINA – CONCENTRAÇÃO 75 MG. CÁPSULA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT272382	UND	50000	R\$ 0,89	R\$ 44.500,00
228	35833	VENLAFAXINA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO 150 MG. CÁPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT470429	UND	80000	R\$ 3,78	R\$ 302.400,00
229	47697	VITAMINAS DO COMPLEXO B – CONCENTRAÇÃO DE VIT. B1, B2, B6, NICOTINAMIDA E PANTOTENATO DE CÁLCIO. SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA DE 2 ML. VIA PARENTERAL.	CATMAT272093	UND	8000	R\$ 1,42	R\$ 11.360,00
230	19056	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO – CONCENTRAÇÃO 10 MG. COMPRIMIDO REVESTIDO. VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	CATMAT278316	UND	10000	R\$ 0,52	R\$ 5.200,00
R\$ 14.058.234,00 (QUATORZE MILHÕES, CINQUENTA E OITO MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS)							

Campo Verde/MT, 01 de maio de 2026.

EDNA QUEIROZ DA SILVA
Secretaria Municipal de Saúde

TAMARA ARIANE TELLINE
Fiscal

DAIANE CAMARGO FERREIRA
Responsável pela Elaboração

14. ANEXO II - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, executa/executou forneceu produtos/mercadorias pertinentes ao objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;
02. _____;
03. _____.

Campo Verde - MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados/e ou Certidões:

a) O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:

- Identificação clara do emitente e do signatário;
- Descrição detalhada dos produtos ou materiais fornecidos;
- Declaração de que os fornecimentos foram realizados de maneira satisfatória.

b) Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:

- Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;
- Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.

c) A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.

15. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026****(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

- Declara a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Declara o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Declara o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declara o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- Declara a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas na plataforma <https://licitanet.com.br/>
- Declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Declara que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- Declara que tem pleno conhecimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- Declara que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

- Declara que o pleno conhecimento critério de desempate (se houver) será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2026 seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações Lei Complementar 147/2014.
 - Declara de que não incorreram em qualquer das situações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações Lei Complementar 123/2006., especialmente quanto ao limite de receita bruta para a definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.
 - **Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Campo Verde - MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG, CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

16. ANEXO IV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 041/2026 – SRP****PROCESSO N.º 1561/2026– SOLICITAÇÃO N.º 1426/2026****VALIDADE:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura desta Ata, prorrogáveis por igual período se comprovada vantagem nos preços[1].

Pelo presente instrumento, a **Prefeitura Municipal de Campo Verde**, CNPJ nº 24.950.495/0001-88, doravante denominada **PREFEITURA**, neste ato representada pelo Prefeito **ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, RG nº ****9 SESP/MT e CPF nº .576.751-**, *RESOLVE registrar os preços da empresa _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____**, nas quantidades estimadas indicadas na Seção 4 desta Ata. O registro se faz de acordo com a classificação por item obtida no Pregão supra referido e em conformidade com as condições do Edital e desta Ata de Registro de Preços, a qual constitui documento vinculativo entre as partes, nos termos do art. 40, inciso II, art. 78, inciso IV, e arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 e pelo Decreto Municipal nº 002/2024, mediante as cláusulas a seguir:

1. OBJETO

1.1. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE CAMPO VERDE-MT, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026), as propostas comerciais cujos preços foram registrados integram esta Ata, independentemente de transcrição, assim como o Termo de Referência e o Edital do pregão.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Gerenciador da Ata: Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT será o órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços, responsável pela administração e controle do sistema de registro de preços.

3. CONDIÇÕES GERAIS DO REGISTRO

3.1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as condições gerais para aquisições futuras relativas ao objeto definido, obedecendo às especificações, quantidades e preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 041/2026. O fornecedor comprometido nesta Ata obriga-se a cumprir integralmente os termos aqui ajustados, nos exatos termos de sua proposta vencedora e do edital.

4. DOS PREÇOS E QUANTIDADES REGISTRADOS

4.1. Itens e preços registrados: Os preços unitários registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínima e máxima de cada item e o fornecedor são os seguintes:

Empresa vencedora: _____ (CNPJ: _)

Representante legal: _____

Contato: Telefone ()_ - E-mail: _____

Endereço: _____

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Estimada	Preço Unit. (R\$)	Preço Total Estimado (R\$)
1	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	un	Qtde mín – máx	R\$ X,XX	R\$ X.XXX,XX

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Estimada	Preço (R\$)	Unit.	Preço Total Estimado (R\$)
2
...	<i>Demais itens do lote/licitação...</i>					

4.2. Documentos Integrantes: Integram e complementam esta Ata, independentemente de anexação, os seguintes documentos, cujas condições devem ser rigorosamente observadas pelo fornecedor: (a) Termo de Referência com especificações técnicas e condições de execução; (b) Proposta comercial do fornecedor, com preços registrados; (c) Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026 e seus anexos.

4.3. Condições de Entrega: O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Nota de Autorização de Despesa — NAD ou instrumento equivalente. O prazo máximo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da respectiva ordem, devendo os medicamentos ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT (Avenida Manoel Genildo Araújo, nº 145, Bairro Campo Real II - Campo Verde – MT. Telefone: (66) 3419-4070, e-mail: almoxarifado@campoverde.mt.gov.br), em embalagens originais, íntegras, lacradas, com identificação de lote, validade, registro/notificação/isenção sanitária quando aplicável e demais informações exigidas pela legislação vigente.

5. VIGÊNCIA DA ATA

5.1. Prazo de vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser **prorrogada por igual período** mediante concordância das partes, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso.

5.2. A prorrogação da vigência dependerá de concordância do fornecedor e de comprovação formal da vantajosidade dos preços praticados. A prorrogação, quando acordada, será formalizada por termo aditivo e deverá ser publicada nos meios oficiais de divulgação.

6. CONTRATAÇÕES DECORRENTES (FUTURAS)

6.1. Realização das contratações: Durante a vigência desta Ata, as contratações do objeto registrado poderão ser realizadas conforme a necessidade, seja diretamente pelo órgão gerenciador ou por cada órgão participante que tenha aderido à Ata (se houver), observados os quantitativos máximos a eles destinados e as exigências legais e editalícias para formalização de cada contrato específico.

6.2. Remanejamento de quantidades entre participantes: A critério do órgão gerenciador, e com a anuência dos envolvidos, poderão ser remanejados quantitativos registrados entre os órgãos participantes ou entre órgão participante e o gerenciador, para melhor atendimento das demandas. Esse remanejamento será formalizado nos autos de gestão da Ata (por apostilamento) e comunicado às partes, obedecidas as limitações previstas na legislação aplicável.

6.3. Contratação por grupo de itens: Nos casos em que a licitação foi adjudicada por **Grupo de Itens**, as contratações devem, em regra, contemplar todos os itens do grupo de forma proporcional, salvo justificativa técnica em contrário e desde que o valor registrado do item isolado seja igual ou inferior aos preços ofertados pelos demais licitantes e compatível com os de mercado, nos termos do art. 82, §2º, da Lei 14.133/2021.

6.4. Condições contratuais: Toda contratação realizada com base nesta Ata deverá observar integralmente as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026 e seus anexos, inclusive no que se refere a prazos de entrega/execução, responsabilidades e demais obrigações.

7. NATUREZA DO REGISTRO (DIREITOS E OBRIGAÇÕES)

7.1. Faculdade de contratar: A existência desta Ata de Registro de Preços **não obriga** a Administração a contratar os itens registrados. A Prefeitura poderá realizar licitação específica para aquisição do objeto, se julgar conveniente, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições de oferta.

7.2. Vinculação do fornecedor: O fornecedor registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata, o cumprimento de todas as condições aqui ajustadas, bem como a formalizar as contratações dela decorrentes quando convocado, salvo se seu registro for cancelado ou rescindido nos termos desta Ata. O descumprimento injustificado dessas obrigações poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas cabíveis conforme o Edital e a legislação.

8. ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1. Utilização da Ata por terceiros ("carona"): Órgãos ou entidades da Administração Pública **não participantes** desta Ata poderão, durante sua vigência, solicitar adesão para utilizar o presente registro de preços, desde que comprovem a vantagem dessa adesão, nos termos do art. 86, §§2º a 5º da Lei Federal 14.133/2021 (com redação dada pela Lei 14.770/2023). Deverão ser observados os seguintes procedimentos:

a) O órgão interessado deve **consultar previamente o fornecedor** (titular da Ata) sobre a possibilidade de fornecimento do objeto desejado nas mesmas condições registradas, obtendo sua concordância formal;

b) É facultado ao fornecedor aceitar ou não a contratação por adesão, não havendo obrigatoriedade de justificativa em caso de recusa;

c) Obtida a anuência do fornecedor, o órgão interessado encaminhará **solicitação formal ao órgão gerenciador** (via ofício ou meio eletrônico oficial, e-mail licitacao@campoverde.mt.gov.br), informando o objeto e quantitativo que deseja contratar e anexando a concordância do fornecedor, para análise e autorização;

d) O órgão gerenciador analisará o pedido de adesão considerando a vantagem e a **capacidade do fornecedor**. Somente autorizará a adesão se não houver prejuízo ao atendimento das próprias contratações do gerenciador ou dos participantes desta Ata. A eventual negativa será fundamentada;

8.2. Autorização e prazo para contratação: A autorização do gerenciador será concedida **apenas após** a confirmação de aceitação pelo fornecedor. Uma vez autorizado, o órgão não participante deverá formalizar a contratação pretendida no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da autorização[2], observado o período de vigência da Ata. Em caráter excepcional, o gerenciador poderá prorrogar esse prazo de 90 dias, desde que ainda dentro da vigência da Ata e mediante solicitação justificada do órgão aderente[3].

8.3. Comunicação da contratação: Após efetivar a contratação via adesão, o órgão aderente deverá informar o fato ao órgão gerenciador, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para registro nos autos da gestão da Ata.

9. LIMITAÇÕES PARA ADESÕES ("CARONA")

9.1. Limite por órgão aderente: Cada contratação adicional decorrente de adesão por órgão/entidade não participante **não poderá exceder 50%** (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado na Ata para o gerenciador e participantes originais[4].

9.2. **Limite total das adesões:** O somatório de todas as adesões à Ata **não poderá exceder, no total, 100%** (o dobro) do quantitativo de cada item registrado para gerenciador e participantes[4], independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.3. **Contratações exclusivas ME/EPP:** Se a licitação tiver sido destinada exclusivamente a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou MEI, **o total das contratações decorrentes desta Ata (incluindo adesões)** não poderá ultrapassar **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) por item, conforme orientação jurisprudencial do TCU para respeitar o limite da exclusividade.

9.4. **Adesão em grupo de itens:** Em caso de Ata composta por grupo de itens, a adesão de órgão não participante deverá ser, preferencialmente, aplicada de forma proporcional a todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica diversa e desde que os preços estejam em conformidade com o mercado e não superem os dos demais licitantes (em atenção ao art. 82, §2º da Lei 14.133/2021).

9.5. **Requisitos temporais:** A contratação por adesão somente será válida se realizada dentro dos prazos mencionados (até 90 dias da autorização e durante a vigência da Ata). Fora desses prazos, perderá a eficácia a autorização concedida.

10. VEDAÇÃO DE ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES

10.1. É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos máximos fixados nesta Ata de Registro de Preços[5]. Em outras palavras, nenhum órgão (gerenciador, participante ou aderente) poderá adquirir quantidades superiores às aqui registradas para cada item.

11. FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

11.1. **Instrumento contratual:** As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas durante seu prazo de validade, mediante emissão de **instrumento de contrato** (conforme modelo do Anexo VI do Edital) ou outro instrumento hábil permitido (por exemplo, nota de empenho, autorização de compra etc.), nos termos do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021.

11.2. **Dotação orçamentária:** No ato de formalização de cada contrato deverá ser indicada a adequada **disponibilidade de crédito orçamentário** para honrar a despesa, vinculada às dotações previstas na Lei Orçamentária.

11.3. **Alterações contratuais:** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observando-se os limites e condições dos arts. 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021 (que tratam de alterações unilaterais, acordo entre as partes, recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, acréscimos e supressões, etc.).

12. ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. **Responsabilidades do gerenciador:** Compete ao órgão gerenciador, por meio de seu setor ou servidor designado, administrar a Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Elaborar a minuta e promover a **publicação** desta Ata e de eventuais termos aditivos, prorrogações, alterações ou cancelamentos;
- b) Fornecer cópia da Ata (e alterações) aos órgãos participantes e garantir que todos tenham ciência de seu conteúdo;
- c) **Controlar permanentemente** as adesões e as contratações realizadas sob a Ata, monitorando os quantitativos consumidos de cada item, para evitar excessos;

- d) Receber e processar solicitações internas de contratação do órgão gerenciador e pedidos de **adesão** de órgãos não participantes, analisando-as e emitindo parecer ou despacho fundamentado (podendo aprovar, solicitar ajustes ou indeferir o pedido conforme as regras da Ata e do TCU);
- e) **Autorizar formalmente** utilizações da Ata por órgãos aderentes, expedindo ofício de autorização com o nome do fornecedor, itens e quantidades autorizadas, preços unitários e totais, prazo de utilização (validade da autorização) e demais condições aplicáveis;
- f) Realizar negociações e promover ajustes nos preços registrados quando necessário, seja para redução por vantagens de mercado ou para reajuste/revisão conforme previsto (ver Cláusula 18);
- g) Conduzir processos de **revisão de preços, reajuste ou renegociação**, assim como de cancelamento ou rescisão de registro, quando cabíveis, publicando as novas condições da Ata e comunicando os participantes;
- h) Aplicar ou sugerir a aplicação de **sanções administrativas** ao fornecedor em caso de descumprimento das obrigações da Ata ou do contrato do gerenciador, assegurando o contraditório e ampla defesa;
- i) Registrar, em controle próprio, as contratações efetuadas por órgãos aderentes (não participantes) e eventuais sanções que estes venham a aplicar ao fornecedor, consolidando essas informações nos autos da Ata;
- j) Manter o **processo administrativo de gestão** da Ata devidamente instruído e atualizado, com todos os atos, documentos e comunicados pertinentes à gestão do registro de preços.

13. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

13.1. **Responsabilidades dos participantes:** Aos órgãos ou entidades participantes desta Ata (além do gerenciador, quando não for o único contratante) compete:

- a) Acompanhar o teor da Ata de Registro de Preços, incluindo alterações, cancelamentos ou revogações, para utilizá-la corretamente conforme suas disposições;
- b) Verificar periodicamente se os **preços registrados permanecem compatíveis** com os de mercado em seu local de atuação, comunicando ao gerenciador caso identifique eventuais desvantagens, para providências (como tentativa de negociação ou cancelamento do registro);
- c) Zelar para não **exceder o quantitativo máximo** de cada item que lhe foi previsto no processo licitatório, bem como não requisitar itens diferentes daqueles para os quais manifestou interesse e previsão de consumo;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados em decorrência desta Ata no que lhe couber, assegurando que o fornecedor cumpra fielmente as obrigações estipuladas no Edital e nesta Ata, e comunicando ao gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento observados;
- e) Aplicar as penalidades cabíveis (com garantia de defesa) pelo descumprimento de obrigações contratuais em suas contratações específicas, informando ao gerenciador as sanções eventualmente aplicadas, para registro.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 14.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído,

reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.2. Da fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora **Tamara Ariana Telline**, matrícula nº 9181, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ou pelos respectivos substitutos.

15. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA (CONTRATADA)

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Entregar os medicamentos contendo as informações exigidas pela legislação sanitária vigente;

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

15.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

15.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

15.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

15.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

15.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

- 15.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 15.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 15.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 15.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 15.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 15.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 15.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 15.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 15.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 15.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 15.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 15.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de fornecimento que fujam às especificações do edital e anexos.
- 15.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 15.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

15.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

15.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

15.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

15.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

16. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

16.1. **Formalização de cadastro reserva:** Em conjunto com esta Ata, fica formalizado um **Cadastro de Reserva** de fornecedores (Anexo A), contendo a relação dos licitantes classificados remanescentes que manifestaram interesse em assumir a condição de fornecedor registrado na hipótese de cancelamento do registro do primeiro colocado, respeitada a ordem de classificação no Pregão (por lote/grupo de itens), conforme previsto no art. 82, inciso VII e §5º, inciso VI da Lei 14.133/2021.

16.2. Os fornecedores constantes no cadastro reserva permanecem vinculados às condições e **preço(s) da proposta do fornecedor titular**, obrigando-se a assumir a Ata, na ordem de classificação, caso ocorra o cancelamento do registro do titular.

16.3. A efetiva alteração da titularidade do registro dependerá de verificação das condições de participação e habilitação do fornecedor do cadastro reserva, da avaliação da **qualidade do objeto** proposto por este (quando aplicável) e do cumprimento de todos os requisitos do edital, de modo a confirmar que sua proposta pode ser aceita.

15.4. Caberá ao agente de contratação (Pregoeiro(a)) responsável pelo julgamento do certame original proceder à análise mencionada na subcláusula anterior, quando for necessária a ativação do cadastro reserva.

15.5. Havendo a transferência da titularidade do registro para um fornecedor do cadastro reserva, a presente Ata deverá ser republicada para que produza efeitos perante terceiros, atualizando-se os dados do novo fornecedor.

17. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

17.1. Esta Ata de Registro de Preços, bem como suas eventuais alterações, prorrogações, cancelamentos ou rescisões, será **publicada e divulgada** no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e, em forma de extrato, no Diário Oficial correspondente, em atenção ao princípio da publicidade.

17.2. As informações completas deste registro de preços, incluindo o texto integral da Ata e de eventuais termos aditivos ou apostilamentos, ficarão também disponíveis no site oficial do órgão gerenciador (<https://www.campoverde.mt.gov.br>) durante toda a vigência da Ata.

18. ALTERAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. **Reajuste anual pelo índice inflacionário:** Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura desta Ata, os preços registrados poderão ser reajustados para mais ou para menos com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE (ou índice que venha a substituí-lo), salvo se houver negociação diversa entre as partes. A fórmula de reajuste será:
$$PR = PI \times (\text{Índice atual} / \text{Índice base}), \text{ em que PR é o preço reajustado e PI o preço inicial}$$

registrado. Antes de eventual prorrogação da Ata, o fornecedor será consultado quanto à possibilidade de renunciar ao reajuste ao qual teria direito, cabendo à Administração avaliar a conveniência de prorrogar com ou sem aplicação do reajuste.

- 18.2. Revisão para restabelecer equilíbrio:** A qualquer tempo, se ocorrer fato extraordinário ou imprevisível (ou previsível de efeitos incalculáveis) que cause desequilíbrio econômico-financeiro da Ata – seja para mais ou para menos – de modo a inviabilizar a execução nas condições pactuadas, poderá ser solicitada a revisão dos preços registrados, visando à restauração do equilíbrio inicial[6]. Essa revisão deverá ser devidamente motivada, acompanhada de comprovações do aumento ou redução dos custos, e formulada dentro do prazo de vigência da Ata (ou antes de eventual prorrogação). Situações que podem justificar revisão incluem casos de força maior, caso fortuito, fatos do príncipe, elevação anormal de insumos, criação/extinção de tributos que afetem o custo, entre outros previstos em lei.
- 18.3. Revisão por iniciativa da Administração:** De igual modo, se os preços de mercado baixarem ou se a Administração verificar que os preços registrados tornaram-se desvantajosos em seu favor, poderá notificar o fornecedor para negociar redução dos valores (revisão para menos). Na hipótese de redução voluntária do preço pelo fornecedor ou resultante de revisão, o gerenciador comunicará os órgãos que já firmaram contratos decorrentes da Ata, para avaliarem a conveniência de também alterarem (formalmente) seus contratos em vigor, a fim de se beneficiarem do novo preço mais baixo, nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.
- 18.4. Procedimento e limites:** A parte que pleitear o reequilíbrio deve demonstrar concretamente o impacto sofrido nos custos. Não se concederá revisão por mera variação inflacionária ordinária (já abrangida pelo reajuste anual). Serão indeferidos pedidos de revisão quando caracterizadas, entre outras, as seguintes situações: (a) ausência de comprovação da elevação efetiva dos encargos ou custos; (b) fato gerador ocorrido antes da apresentação da proposta do fornecedor; (c) inexistência de nexo causal entre o evento alegado e o alegado desequilíbrio; ou (d) culpa ou risco assumido pelo fornecedor (inclusive situações previsíveis ou decorrentes de sua exclusiva responsabilidade).
- 18.5. Decisão e consequências:** Caso não fique comprovada a ocorrência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido de revisão será indeferido, devendo o fornecedor manter o fornecimento nas condições originais sob pena de cancelamento de seu registro e aplicação de sanções legais. O indeferimento da revisão não afeta as contratações já formalizadas ou solicitadas que estejam em andamento (estas permanecem vigentes nos termos pactuados).
- 18.6. Cancelamento por desequilíbrio:** Se restar caracterizada uma situação de desequilíbrio que impossibilite a continuidade do fornecedor e não se alcance acordo quanto ao reajuste/revisão, o órgão gerenciador poderá cancelar o registro do item afetado (ver Cláusula 20), sem prejuízo de convocar o próximo colocado do **cadastro reserva** para assumir o registro, nos termos da Cláusula 15, a fim de dar continuidade ao fornecimento.
- 18.7.** A apresentação de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, revisão, reajuste ou recomposição de preços não suspende, não interrompe e não afasta a obrigação da

contratada de executar regularmente o objeto contratado, devendo a entrega dos bens, o fornecimento dos produtos ocorrerem nos prazos, condições e especificações estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e/ou no contrato.

18.8. O pedido será analisado pela Administração em processo próprio, mediante comprovação documental idônea e observância dos requisitos legais aplicáveis, especialmente quanto à demonstração de fato superveniente que justifique eventual recomposição.

18.9. Caso o pedido seja deferido, os efeitos financeiros decorrentes da decisão contar-se-ão a partir da data do deferimento pela Administração, salvo disposição expressa em sentido diverso no ato decisório, sendo a alteração formalizada por apostilamento, quando se tratar apenas de registro de recomposição de preços, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021. Quando a decisão implicar alteração das condições contratuais essenciais, poderá ser exigida a formalização por termo aditivo.

18.10. O atraso injustificado, a recusa de entrega, a paralisação indevida ou qualquer conduta que obstrua a execução contratual em razão de pedido de reequilíbrio ainda não deferido sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.11. Qualquer alteração de preços registrada em decorrência de **reajuste ou revisão** será formalizada por termo próprio e **publicada** para conhecimento público, nos termos da Cláusula 16 desta Ata.

19. REMANEJAMENTO DE QUANTIDADES REGISTRADAS

19.1. **Possibilidade de remanejamento:** Os quantitativos estimados para os itens registrados poderão ser **redistribuídos** pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e/ou eventuais órgãos não participantes (aderentes), visando adequar os volumes às necessidades reais.

19.2. **Condições:** O remanejamento somente será permitido: (a) **de órgão participante para outro órgão participante**; ou (b) **de órgão participante para órgão não participante (aderente)**. O órgão gerenciador que tiver quantidade própria estimada é considerado, para efeitos deste item, como participante.

19.3. Na hipótese de remanejamento para órgão não participante, deverão ser respeitados os **limites de adesão** estabelecidos na legislação e regulamentos aplicáveis (vide Cláusula 9 acima, bem como eventuais normas municipais complementares, como o Decreto Municipal nº 002/2024).

19.4. O órgão gerenciador somente aprovará o remanejamento mediante a **anuência prévia** do órgão participante que cederá parte de sua quantidade, formalizando a redução de seu quantitativo originalmente previsto.

19.5. Se o remanejamento envolver órgãos de **esferas federativas distintas** (por exemplo, de um município para um órgão estadual/federal), caberá ao fornecedor registrado decidir se aceita ou não atender ao novo órgão solicitante, observadas as condições da Ata.

20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

20.1. **Hipóteses de cancelamento (ex officio):** O registro do fornecedor na presente Ata poderá ser **cancelado** unilateralmente pelo órgão gerenciador, nas seguintes situações:

a) Se o fornecedor **descumprir as condições** pactuadas nesta Ata, sem apresentar justificativa aceitável;

b) Se não retirar a Nota de Empenho ou não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, **sem justificativa** razoável;

c) Se **recusar-se a manter** o preço registrado, nas condições da Ata (inclusive não concordar com prorrogação dentro da vigência ou negar-se a negociar preços quando comprovada a necessidade de revisão nos termos da Cláusula 17);

d) Se sofrer **sanção de impedimento** de licitar e contratar (art. 156, inciso III, da Lei 14.133/2021) aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, **ou** for declarada **inidônea** para licitar/contratar (art. 156, inciso IV) – casos em que fica evidenciada a incapacidade jurídica de contratar com o Poder Público durante o período da sanção.

20.2. Sanção temporária vs. Ata: Na hipótese de o fornecedor sofrer penalidade de impedimento ou suspensão cujo prazo **não exceda o período restante de vigência** desta Ata, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão motivada, optar por **manter o registro** do fornecedor na Ata (ao invés de cancelar imediatamente), ficando suspensa, porém, a possibilidade de novas contratações com este fornecedor enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

20.3. Procedimento: O cancelamento do registro será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio.

20.4. Convocação do reserva: Em caso de cancelamento do registro do fornecedor titular, o órgão gerenciador poderá convocar o fornecedor seguinte constante do cadastro reserva (Cláusula 15) para assumir o registro do item, observada a ordem de classificação e as condições da proposta original.

20.5. Cancelamento a pedido ou por interesse público: O órgão gerenciador poderá também cancelar os preços registrados, de ofício ou a pedido do fornecedor, nas seguintes hipóteses justificadas: (a) por **razão de interesse público**, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, que torne a Ata inconveniente; (b) a pedido do fornecedor, se ele comprovar ocorrência de caso fortuito ou força maior que **impossibilite o cumprimento** das obrigações da Ata (hipótese em que o cancelamento poderá ser aceito sem aplicação de sanção); ou (c) se, após procedimento de revisão de preços, não houver êxito na negociação para adequação dos valores (por exemplo, preço de mercado se tornar muito superior ou inferior ao registrado e não se chegar a um acordo). Nessa última hipótese, busca-se evitar prejuízo às partes, cancelando-se o item problemático.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Infrações e penalidades: O fornecedor que, no âmbito desta Ata ou dos contratos dela decorrentes, incorrer em alguma das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 155 e incisos do art. 156) ficará sujeito às **sanções administrativas** cabíveis, garantida a prévia defesa. Dependendo da gravidade do ato e de sua classificação legal, poderão ser aplicadas, de forma isolada ou cumulativa:

- **Advertência**, para infrações leves ou inexecução parcial sem danos graves, quando cabível correção sem maiores consequências;

- **Multa**, nas formas compensatória ou moratória, conforme definido em contrato e de acordo com a gravidade e extensão da falta. A título exemplificativo, poderão ser aplicadas multas percentuais calculadas sobre o valor do item ou do contrato prejudicado, tais como: 0,5% a 10% em caso de infrações de menor gravidade (descumprimento parcial, entrega de documentação incompleta etc.), 10% a 20% para faltas médias (inexecução total de um item, atraso excessivo sem justificativa), e até 30% em infrações graves ou atos ilícitos

(fraude, comportamento inidôneo)[7]. Também poderá ser prevista multa moratória de **0,33% por dia de atraso** (limitada a 9,9%) e, após 30 dias, **0,66% por dia** (até o limite de 20% do valor), nos casos de atraso injustificado na entrega ou execução;

- **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração (no âmbito do ente federativo correspondente) por prazo de até 3 anos, nos casos de infrações médias, tais como aquelas listadas nos incisos II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 (por exemplo, inexecução parcial com prejuízo, atrasos injustificados reiterados, desistência injustificada da proposta, não assinatura de contrato dentro do prazo);

- **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública em qualquer esfera, pelo prazo mínimo de 2 anos, nos casos de infrações gravíssimas (fraude na execução, comportamento inidôneo, prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, ou reincidência de faltas graves), conforme inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

21.2. **Procedimento sancionatório:** A aplicação de qualquer sanção obedecerá ao devido processo administrativo, com notificação ao fornecedor para apresentar defesa no prazo legal (em geral, 15 dias úteis para defesa escrita em caso de multa ou sanções mais graves, conforme art. 157 da Lei 14.133). As decisões sancionatórias serão fundamentadas e publicadas, e o fornecedor poderá recorrer nos termos da lei.

21.3. **Cumulação e registro:** As sanções de multa poderão ser aplicadas **cumulativamente** com as demais penas (advertência, suspensão, inidoneidade), se cabíveis, conforme art. 156, §7º, da Lei 14.133. A aplicação de sanção não exime o fornecedor de indenizar eventuais prejuízos causados ao Contratante. Se o valor das multas e indenizações exceder o que houver a receber, a diferença será cobrada da garantia contratual (se existente) ou judicialmente. As sanções aplicadas serão registradas no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**[8], de acordo com o art. 161 da Lei 14.133, para conhecimento por toda Administração.

21.4. **Reabilitação:** As sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade poderão ser reavaliadas e levantadas caso o fornecedor, após decurso do prazo mínimo legal, comprove medidas de reparação e tenha sua **reabilitação** aceita pela autoridade competente, nos termos do art. 163 da Lei 14.133/2021.

21.5. **Demais disposições:** Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias do caso, os danos causados, antecedentes do infrator e eventual existência de programa de integridade implantado (conforme art. 156, §1º, incisos I a V, da Lei 14.133). Se a conduta configurar também ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o processo sancionatório poderá ser unificado, seguindo o rito desta última para as sanções de caráter civil e administrativo correlatas (art. 159 da Lei 14.133). Em casos de abuso da personalidade jurídica pelo fornecedor para encobrir ilícitos, a autoridade poderá **desconsiderar a personalidade jurídica** da empresa (atingindo os bens de sócios e empresas coligadas), observando o contraditório e a prévia análise jurídica, nos termos do art. 160 da Lei 14.133.

22. CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ATA

22.1. Cancelamento do registro de preços: O registro de preços (Ata) poderá ser **cancelado ou revogado** total ou parcialmente, por iniciativa do órgão gerenciador, nas situações a seguir, garantidos a justificativa e o direito de defesa do fornecedor:

- Quando, nos casos de desequilíbrio econômico-financeiro comprovado (conforme Cláusula 17), **não houver acordo** entre as partes para adequação do preço, tornando inviável a continuidade da Ata;
- Por solicitação expressa do fornecedor, desde que apresentada por escrito e demonstrando motivo de força maior, caso fortuito ou outro fato superveniente que o impeça de cumprir as exigências desta Ata, desde que o gerenciador concorde com essas razões;
- Por razões de **conveniência e oportunidade da Administração**, derivadas de interesse público superveniente devidamente motivado (por exemplo, mudanças de planos, restrição orçamentária, etc.).

22.2. rescisão por inadimplemento: Independentemente do cancelamento amigável acima, o órgão gerenciador poderá **rescindir unilateralmente** esta Ata, total ou parcialmente, em caso de **inadimplemento da fornecedora**, observada a gravidade da conduta, quando ficar caracterizado que o fornecedor:

- a) Deixou de cumprir, total ou parcialmente, obrigações assumidas nesta Ata, qualificadas como essenciais;
- b) **Recusou-se a assinar** ou retirar nota de empenho, ou a celebrar o contrato decorrente da Ata, no prazo estabelecido, sem motivo justificado e aceito pela Administração;
- c) Deu causa, por culpa sua, à **rescisão administrativa de dois ou mais contratos** firmados com base nesta Ata (indicativo de reiterado descumprimento contratual);
- d) Deixou de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tornando-se inapto para contratar, salvo se a irregularidade for temporária e sanável dentro de 30 (trinta) dias;
- e) Foi alvo de sanção de impedimento ou inidoneidade (conforme item 19.1.d).

22.3. Formalização: O cancelamento ou rescisão do registro será formalizado por ato escrito da autoridade competente do órgão gerenciador, devidamente motivado, com registro em Termo de Cancelamento/Rescisão assinado pelas partes (no caso de cancelamento consensual) ou por despacho unilateral (no caso de rescisão por inadimplemento). Em qualquer caso, assegura-se o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor antes da decisão final.

22.4. Efeitos: No caso de cancelamento consensual do registro a pedido do fornecedor (21.1, segunda hipótese) e se atendidos os requisitos de força maior, não se aplicará penalidade ao mesmo em razão do encerramento antecipado. Todavia, a **rescisão por inadimplemento** (21.2) poderá ensejar a instauração de processo para aplicação das sanções cabíveis pela conduta que motivou a rescisão, conforme Cláusula 20.

22.5. A rescisão/cancelamento do registro não prejudica eventuais contratos já celebrados com base na Ata antes do ato rescisório – esses contratos poderão prosseguir, a critério da Administração contratante, até seu termo ou até que sejam rescindidos individualmente. No entanto, **novas contratações não poderão ser realizadas** com o fornecedor a partir da data do cancelamento/rescisão da Ata.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas desta Ata de Registro de Preços correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município de Campo Verde/MT. Para cada contratação específica será indicada a classificação orçamentária pertinente. A título de referência, vinculam-se a este registro de preços as seguintes dotações:

10.002.10.302.0034.20111.3390300000.16210000603

e

10.002.10.303.0035.20118.3390320000.15001002000.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Os casos omissos ou situações não previstas expressamente nesta Ata serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, seu regulamento (Decreto Federal nº 11.462/2023) e, no que couber, o Decreto Municipal nº 002/2024, bem como as orientações dos órgãos de controle (Tribunais de Contas).

24.2. Fica eleito o foro da Comarca de __/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Campo Verde/MT, _ de ____ de 2026.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

FORNECEDOR
Representante

Fontes: Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços); Documentos diversos (Minuta de Ata de RP e modelos oficiais)[1][4].

17. ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2026. (Art. 92, da Lei nº 14.133/2021)**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 – SRP****PROCESSO Nº 1561/2026****SOLICITAÇÃO Nº 1426/2026****VALIDADE: ____ MESES** contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº _____, com sede administrativa na cidade de Campo Verde/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade nº *****-9 SESP/MT e inscrito no CPF nº *.576.751-, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do Processo Licitatório nº ____/, Pregão Eletrônico nº ____/, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 002/2024, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

O presente contrato tem por objeto a contratação de _____, conforme especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência, Edital e proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA, documentos que integram este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1. OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE CAMPO VERDE-MT**, especificado no item único do Termo de Referência, Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO DO EDITAL (art. 92, II)

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR do presente CONTRATO será a Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, já identificado no preâmbulo.

4.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

7.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

8. CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

a) de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

IR = Índice de reajuste

9.3. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

- 10.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.9.** Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- a) Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b) Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - c) Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - d) Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e) Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - f) Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 10.10.** Cientificar o órgão de representação judicial Municipalidade para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.12.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.13.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 10.14.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.15.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração no contrato pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 11.1.** Entregar os medicamentos contendo as informações exigidas pela legislação sanitária vigente;
- 11.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 11.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

11.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações do edital e anexos.

11.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

11.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

11.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

11.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

11.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (Lei nº 13.709, de 2018)

13.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o [art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que a Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, com base no previsto no [art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no [art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do [art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

13.2. A(s) licitante(s) e a Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT obrigam-se a cumprir o disposto na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

13.3. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta licitação e a adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

13.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (LGPD), na [Lei Complementar Federal nº 101, de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na [Lei Federal nº 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a(s) Licitante(s) e seus representantes ficam cientes do acesso pela Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou à entrega de mercadorias/produtos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- d) Multa compensatória:
 - 14.2.d.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;
 - 14.2.d.2. De 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;

14.2.d.3. De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;

14.3. O atraso injustificado no prazo estabelecido no termo de referência dos produtos/mercadorias; do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

14.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

14.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.12. Indenizações e multas.

15.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

15.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

a) As despesas decorrentes das contratações correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município de Campo Verde/MT. Para cada contratação específica será indicada a classificação orçamentária pertinente. A título de referência, vinculam-se a este registro de preços as seguintes dotações:
10.002.10.302.0034.20111.3390300000.16210000603 e
10.002.10.303.0035.20118.3390320000.15001002000.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

17.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e à qualidade dos produtos ou materiais fornecidos, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora **Tamara Ariana Telline**, matrícula nº 9181, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ou pelos respectivos substitutos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO



20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA VISÉGIMA– FORO (art. 92, §1º)

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Verde - MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Verde - MT, _____, de _____ de 2026.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

FORNECEDOR
Representante